

Outubro 2006

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Dw

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Mercado Informal e Microfinanças](#)
3. [Governança e Descentralização](#)
4. [Eleições e Educação Cívica](#)
5. [Educação, Juventude e Criança](#)
6. [Terra, Habitação e Urbanização](#)
7. [Serviços Básicos](#)
8. [Paz e Reconciliação](#)

As fontes monitoradas são:

- **Jornais:** Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.

- **Websites:** Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Genérico

Redação Waldney Oliveira

Conselho de Edição e Revisão:

Allan Cain, Fabrice Beutler,
Beat Weber, Pacheco Ilinga,
Katuzolo Paulina, Gelson Gaspar,
Azancoth, Massomba Dominique

Editado por:

Development Workshop-Angola

Endereço:

Rua Rei Katyavala 113,
C.P. 3360, Luanda - Angola

Telefone:

+(244 2) 448371 / 77 / 66

Email:

cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de:

LUPP (Programa de Redução
a Pobreza Urbana de Luanda),
DFID e Embaixada da Noruega

INDICE

1 Redução da Pobreza e Economia	1
1.1 Carteira de crédito do Novo Banco pode chegar a USD 15 milhões	1
1.2 Bancos têm dinheiro para a reconstrução do País	1
1.3 Balança de pagamentos com maior saldo de sempre.....	2
1.4 A Igreja quer intervir no desenvolvimento	2
1.5 Oitocentos mil angolanos na rota da insegurança alimentar	3
1.6 D. Damião saúda banqueiro do Povo.....	3
1.7 Pobreza de cada dia	4
1.8 Quase um milhão de angolanos em risco de morrer de fome	5
1.9 Dia mundial da pobreza é acto de "cinismo"	6
1.10 Aumenta o fosso entre pobres e ricos em Angola	7
2 Mercado Informal e Microfinanças	8
2.1 Micro-crédito do BPC beneficia 85 pessoas.....	8
2.2 Competências determinam a aquisição de micro-créditos	8
2.3 Serviços de fiscalização sob inquerito	8
2.4 D. Damião saúda banqueiro do povo	9
2.5 Pobreza na mira do Governo Angolano.....	10
2.6 Dos Kinguilas aos Bancos	10
2.7 Suplícios de Kinguilas	11
2.8 Micro-credito beneficia 60 cooperativas	12
3 Governação e Descentra-lização	13
3.1 Oposição política exige mais transparência	13
3.2 Tendências	13
3.3 Governo pretende concluir repatriamento de refugiados até final do ano	14
3.4 Municípios sem planos.....	14
3.5 Relatório nacional de direitos humanos é tema de workshop.....	14
3.6 Falta de instalações dificulta funcionamento das administrações municipais e comunais	15
3.7 Governo aposta na protecção dos direitos e liberdades dos cidadãos.....	15
3.8 Igreja quer intervir no desenvolvimento.....	16
3.9 Semanada.....	16
3.10 Porquê sabotar a eleição ancestral?	17
4 Eleições e Educação Cívica	18
4.1 Data da eleições depende da agenda do presidente	18
4.2 Governo cerca ONGs.....	18
4.3 Coiepa assegura participação de igrejas na educação cívica eleitoral.....	19
4.4 Autoridades tradicionais vão ajudar na campanha de Educação Cívica Eleitoral.....	19
4.5 Seminário nacional sobre educação cívica eleitoral aberto hoje.....	19
4.6 Governante apela FAA a mobilizar população para o registo eleitoral	20
4.7 PRS apela militantes a aderirem à campanha para o Registo Eleitoral	20
4.8 EISA promove conferência sobre o papel das eleições na promoção da democracia	20
4.9 Seminário sobre educação cívica para o registo eleitoral encerra hoje.....	20
4.10 Bispo apela sociedade a engajar-se na educação cívica.....	21
4.11 "Partidos políticos são mais do que as mães!"	21
4.12 «o Governo começa a perder credibilidade internacional»	22
4.13 Cidadania e Civismo eleitoral.....	22
4.14 Registo Eleitoral.....	23
4.15 Mulheres propõem agenda nacional de consenso para questões de género.....	23
4.16 Tratamento do dossier eleições na madia	24

5 Educação, Juventude e Criança	26
5.1 ONG disponibiliza mais de um milhão de USD em benefício de crianças.....	26
5.2 PNUD e ONG canadiana abrem telecentro comunitário em Malanje	26
5.3 População participa na construção de escolas primárias em Calenga	26
5.4 Campanha incentiva poupança das crianças.....	27
5.5 Criada rede de promoção dos direitos da criança	27
5.6 PNUD e universidades angolanas assinam acordo de cooperação	27
5.7 Relatório da ONU sobre a violência contra crianças será apresentado	28
5.8 ONU recomenda protecção urgente às crianças	28
6 Terra, Habitação e Urbanização	29
6.1 Tecnicos do IGCA analisam aplicação da lei de terras.....	29
6.2 Construída sob a "desgraça" dos moradores da Boavista	29
6.3 Unita garante desalojar os seus moradores.....	30
6.4 Brigadeiro da UGP aterroriza fazendeiro e camponeses da Cela	30
6.5 Populares descontentes com funcionamento do GOE	31
6.6 Camponeses choram lavras em Viana	31
6.7 Soba causa conflito de terra	32
6.8 Martelo demolidor deixa família ao relento no Cazenga.....	32
7 Serviços Básicos	34
7.1 População terá mais água em meados de 2007	34
7.2 Aguas das fossas inudam prédio no Márteres.....	34
7.3 Balança de pagamentos com maior saldo de sempre.....	35
7.4 Lixo "invade" praia da Mabunda.....	35
7.5 "Guerra" da Agua pode começar em Luanda.....	36
7.6 Colera corre o risco de aumentar	37
7.7 Matala vai ter novo sistema de fornecimento de Agua	38
7.8 A transmissão do processo de concepção de terrenos à luz do novo quadro jurídico das terras de Angola (2ª parte)	38
8 Paz e Reconciliação	40
8.1 Recolhida mais de 900 armas em 8 meses	40
8.2 FLEC continua a combater.....	40
8.3 Situação em cabinda continua crítica.....	41
8.4 Mais de 200 deficientes de guerra recebem formação	41
8.5 "Governo nao quer parar com intolerancia politica".....	42
8.6 Os factores sociais de conflitos mantêm-se activos	42
8.7 Os factores sociais de conflito mantêm-se activos	43
8.8 Samakuva denuncia terror em cabinda.....	44

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1 Carteira de crédito do Novo Banco pode chegar a USD 15 milhões

Angop...09-10-06

O Novo Banco, uma unidade bancária tutelada por accionistas internacionais, tenciona elevar a sua carteira de créditos para 15 milhões de dólares até final de 2007, segundo perspectivou o seu director-geral, Stefan Wolff.

Em declarações à Angop, a fonte declarou que, neste momento, a instituição opera com uma carteira de quase oito milhões de dólares, mas até ao final do ano em curso poderá chegar aos 10 milhões. A acontecer, este incremento poderá igualmente propiciar o aumento de clientes, actualmente rondando os 19 mil, distribuídos nas províncias de Luanda e Benguela, onde o Novo Banco se faz representar, bem como aumentar os créditos vigentes (calculados em mais de dois mil dólares), para quatro mil até 2007. Ao falar sobre os projectos da instituição, Stefan Wolff disse que, apesar de Benguela ser um mercado com menos comércio e actividade económica em relação a Luanda, o Novo Banco aposta mesmo assim naquele mercado porque acredita poder contribuir para o melhoramento de alguns problemas sociais. "Fizemos um levantamento e constatamos que teremos de elaborar uma política de concessão de créditos habitacional e rural, além de outras facilidades a serem introduzidas, em benefício, tanto do mercado de Benguela, quanto de todo o país", disse. No tocante a outras facilidades, o interlocutor informou a intenção de investir na criação de um cartão de débito, através do sistema multicaixa, bem como a abertura de mais postos de atendimento, sendo Lobito uma possibilidade já identificada.

Quanto a política de concessão de créditos empresarial, aquela instituição tenciona alargar o raio de acção para outras localidades do país onde se pratica maior fluxo comercial, como são os casos do Huambo, Bié e Huíla. Em Luanda, por exemplo, estão identificados os municípios de Cacucio e Viana como próximos alvos, depois do Cazenga, que brevemente terá já uma dependência, no quadro da política de expansão dos serviços daquela instituição.

O Novo Banco é uma instituição financeira suportada pelos accionistas internacionais Procredit Holding AG da Alemanha, Sociedade Financeira Internacional

(IFC), Fundação DOEN da Holanda e a companhia belga de investimentos BIO.

A instituição opera no país desde Agosto de 2004 e está representada em Luanda (duas agências) e Benguela (uma dependência), contando actualmente com 100 empregados.

1.2 Bancos têm dinheiro para a reconstrução do País

Jornal de Angola...12-10-06

O Estado angolano pode recorrer à banca comercial nacional para obter empréstimos no sentido de financiar alguns projectos de reconstrução do país. Esta disponibilidade, manifestada pelos gestores bancários que actuam no mercado angolano, surge em função do rápido crescimento dos depósitos (face à evolução mais moderada dos créditos).

De acordo com um estudo sobre a banca nacional, efectuado pela consultora Delloite e que será apresentado hoje em Luanda, a base de depósitos, no fim de 2005, era de 4,6 biliões de dólares, muito acima do volume de créditos concedidos. No total, os depósitos de clientes na banca atingiram os 6,5 biliões de dólares. Deste valor apenas 45 por cento foi concedido em créditos.

Nos últimos cinco anos, de acordo ainda com o estudo, os depósitos na banca comercial tiveram um crescimento médio anual de 19 por cento. O pico máximo foi registado no ano passado com um crescimento real de 38,7 por cento. A evolução é justificada pelo forte aquecimento da economia angolana na sequência do crescimento das receitas petrolíferas e pela acentuada redução dos níveis de inflação nos últimos dois anos.

Segundo Emídio Pinheiro, presidente da Comissão Executiva do BFA, o Estado deveria recorrer mais ao mercado interno - em detrimento do exterior - no sentido de -ajudar as instituições a rentabilizar o dinheiro que têm em depósitos. A sua instituição tem, em depósitos, cerca de 1,8 biliões de dólares.

Para o presidente do Conselho de administração do Banco Internacional de Crédito (BIC), Fernando Teles, a falta de garantias bancárias e de projectos viáveis limitam a concessão de mais créditos. A questão torna-se diferente quando o devedor é o Estado, cujos títulos de dívida constituem garantias seguras para os bancos.

No mercado há 16 meses. O BIC possui 950 milhões de dólares em depósitos. O crédito concedido ronda os 450 milhões de dólares.

Nos últimos dois anos, o Estado recorreu, em duas ocasiões, à banca interna para financiar a compra de aviões da transportadora nacional (TAAG), num montante de 600 milhões de dólares, e, mais recentemente, com o financiamento de 150 milhões de dólares (cerca de 12 biliões de Kwanzas) à Sonangol.

O estudo sobre a banca nacional conclui, também, que a taxa de conversão de depósitos em crédito, em 2005 reduziu para 37 por cento (contra 41 % do ano anterior). Na África do Sul, por exemplo, a percentagem de crédito ultrapassa o volume de depósitos de clientes (114%), em Portugal a taxa é de 82 por cento e nos Estados Unidos está em 86 por cento. O Brasil, outro país apontado no Estudo, tem uma taxa de conversão de 57 por cento.

Este é o segundo estudo sobre a banca nacional a ser publicado este ano. O primeiro, da autoria da consultora KPMG, foi apresentado em Setembro último:

1.3 Balança de pagamentos com maior saldo de sempre

Folha8...14-10-06

A conta corrente da balança de pagamentos da economia angolana atingiu no ano passado o saldo mais elevado de sempre, com 1,113 mil milhões de dólares, quase integralmente conseguido com petróleo e diamantes.

O Relatório Económico de Angola de 2005, divulgado em Luanda pelo Centro de Estudos da Universidade Católica, refere que o saldo da conta corrente da balança de pagamentos registou um crescimento de 62,2 por cento relativamente a 2004, ano em que o saldo era de 686 milhões de dólares, subindo para 1,113 mil milhões em Dezembro de 2005.

O relatório da Universidade Católica sobre a evolução da economia no ano passado salienta, no entanto, que este aumento foi originado em 98,5 por cento pelo crescimento conjugado da produção de petróleo e de diamantes. As conclusões do estudo indicam que os restantes sectores da actividade económica ainda não possuem potencial suficiente para intervirem no comércio internacional do país, apontando ainda também o sector petrolífero como o principal responsável pelo aumento de 56,9 por cento ocorrido em 2005 no Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que passou de 1. 264,6 dólares para 1.984,3 dólares.

O sector petrolífero contribuiu com 41 por cento para este aumento. Relativamente à conta financeira e de capital da balança de pagamentos, o relatório indica que ela apresentava no final do ano passado um saldo de 2,6 mil milhões de dólares.

Este valor elevado resulta, segundo o estudo, dos investimentos externos, especialmente das linhas de crédito da China, Índia, Brasil e Portugal.

O índice de preços no consumidor em Luanda aumentou 0,84 por cento em Setembro, fixando-se em 7,54 por cento desde o início do ano, revelou o Instituto Nacional de Estatística (INE). Para este ano, a previsão do governo que consta do Orçamento Geral

do Estado aprovado para 2006 aponta para uma taxa de inflação de 10 por cento.

Mas os dados divulgados pelo INE referem que o maior aumento de preços em Setembro ocorreu na rubrica de vestuário e calçado, com 1,58 por cento, seguindo-se as rubricas alimentação e bebidas não alcoólicas (1,28), hotéis, cafés e restaurantes (0,85) e saúde (0,56).

A variação homóloga da inflação fixou-se em 12 por cento em Setembro, o que representa uma descida de 0,29 por cento em relação ao valor registado no mês anterior, numa tendência de desagravamento que se vem registando consecutivamente desde meados de 2000.

o índice de preços no consumidor elaborado pelo INE resulta de um cabaz constituído por 24 produtos, sendo mensalmente analisados cerca de 14.700 preços em vários mercados e lojas comerciais da capital.

A taxa de inflação em Luanda tem vindo a descer acentuadamente nos últimos anos, especialmente desde 2001, ano em que se fixou em 116 por cento, baixando depois para 105 por cento em 2002. Em 2003, este indicador económico fixou-se pela primeira vez nos dois dígitos, atingindo 76,5 por cento, sofrendo uma nova descida acentuada no ano seguinte, para 31,02 por cento.

No ano passado, a inflação fixou-se em 18,53 por cento, o valor mais baixo de sempre registado em Angola, estimando o governo que este ano possa descer para 10 por cento.

1.4 A Igreja quer intervir no desenvolvimento

Folha8...14-10-06

Igreja Católica em Angola "está a sair das cinzas da guerra", apostada em intervir no desenvolvimento do país nas áreas da educação, saúde e bem-estar social, disse a 10.10, em Fátima, Portugal, o Arcebispo de Luanda, D. Damião Franklim, à margem do VII Encontro das Igrejas Lusófonas, que decorreu, na semana passada, no Santuário de Fátima.

Como argumento de força, o prelado garantiu ter já, a Igreja Católica um protocolo com o Ministério da Educação para a gestão de escolas, querendo contribuir para erradicar "a ignorância que contribui para a pobreza.

Intervenções nas áreas da saúde e do apoio social aos idosos e às crianças estão, também, na primeira linha das preocupações da Igreja, que se debate com o problema da existência de "muitos cristãos vinculados, mas poucos comprometidos", assim, no aspecto pastoral, "um regresso às origens" é uma prioridade, considerando fundamental um reforço do "anúncio de Cristo". O subdesenvolvimento do país, acompanhado da exis-

tência de "uma minoria que tem tudo, enquanto a maioria passa mal, são questões às quais a Igreja em Angola está atenta, "chamando a atenção, para que haja uma distribuição equitativa dos meios.

O que a Igreja pode fazer é educar os dirigentes para terem mais atenção ao seu povo", defende D. Damião Franklim, para quem, no entanto, é importante a intervenção da "sociedade civil" na resolução dos problemas do país. "Não podemos esperar que o Governo faça tudo", disse Dom Damião Franklim, que sobre a crise na Diocese de Cabinda garantiu que "a Igreja sempre alinhou pela diapasão do diálogo", concluiu o também presidente da Conferência Episcopal de Angola e São Tomé e Príncipe.

1.5 Oitocentos mil angolanos na rota da insegurança alimentar

Angolense...21-10-06

Nem mesmo os ventos do Dia Mundial da Alimentação (16 de Setembro), celebrado numa altura em que o mundo define estratégias para problemas como a fome e a desnutrição, sopraram para uma direcção que permitisse afastar para bem longe o espectro de carência alimentar em Angola.

A realidade mostra que o país está a viver os reflexos do frustrado apelo que o Programa Alimentar Mundial (PAM) endereçou aos principais doadores internacionais e ao próprio Governo angolano, em Julho último, que apontava para uma iminente suspensão da assistência alimentar a 471 mil pessoas no passado mês de Setembro.

Assentes na falta de recursos financeiros, as previsões do PAM acabaram por se efectivar, como confirmou ao Angolense o seu portavoz, Manuel Cristóvão, para quem o quadro social dos beneficiários deve atingir proporções alarmantes.

A situação é tão preocupante que o PAM pondera "mexer" nos seus estoques e, em colaboração com os seus parceiros, fazer chegar aos necessitados, sobretudo no Centro Sul e Leste (Moxico, o principal ponto de entrada dos repatriados), as 17 mil toneladas de comida que ainda dispõe.

Manuel Cristóvão reconheceu que esta operação está longe de constituir a solução para este problema, embora seja um aspecto a ter em conta para quem se encontra em situação difícil, uma vez que, mais preocupante ainda, é que cerca de oitocentos mil angolanos necessitarão de ajuda alimentar até as próximas colheitas.

Conforme acontece anualmente em todo o país, refira-se, a época agrícola é aberta em finais de cada ano, sendo que do primeiro trimestre adiante acontecem as colheitas.

Estes dados, segundo a fonte que temos vindo a citar,

vêm expressos num estudo conjunto elaborado em Maio último pelo Programa Alimentar Mundial e o Fundo das Nações Unidas para a Agricultura (FAO).

De acordo com Manuel Cristóvão, o PAM previa apoiar também as oitocentas mil pessoas que estarão a braços com o fenómeno insegurança alimentar.

"Tudo isto tem a ver com o facto de algumas províncias terem sido afectadas pela seca, por um lado, e de milhares de pessoas estarem a regressar do Congo, Namíbia e Zâmbia, por outro", indicou a fonte, para mais adiante esclarecer que o estudo em referência visou avaliar a questão da segurança alimentar e os resultados das últimas colheitas.

"Os angolanos que estão a regressar precisarão de apoios ao longo da primeira fase do período de reinserção

1.6 D. Damião saúda banqueiro do Povo

Folha8...21-10-06

O arcebispo de Luanda saudou a atribuição do Prémio Nobel da Paz a Muhammad Yunus, fundador do microcrédito, considerando que o projecto é "muito impollante" para a formação dos empresários nos países mais pobres. Trata-se de um "meio para incentivar os pequenos empresários", apostando também na "criação de trabalho" em países com fortes taxas de desemprego, afirmou D. Damião Franklim, que é também presidente da Conferência Episcopal de Angola e São Tomé e Príncipe.

Em "países como o nosso, onde não há tradição empresarial", o microcrédito constitui um "estímulo para criar riqueza", explicou o arcebispo. O programa de Yunus permite acesso a empréstimos bancários a pessoas de baixos recursos e sem acesso à banca tradicional. Vários movimentos católicos em Angola já desenvolvem projectos semelhantes, nomeadamente no apoio a iniciativas empresariais de pequena dimensão.

O microcrédito, associado ao Banco Grameen e ao seu fundador, Muhammad Yunus, distinguidos com o Nobel da Paz, tem em Angola, no primeiro semestre deste ano, um programa avaliado em 2,8 milhões de dólares, segundo um documento oficial do governo divulgado em Luanda no início de Setembro Último e referem-se à execução deste programa em sete das 18 províncias do país. O programa de crédito ao consumo e de microcrédito lançado pelo governo para apoiar camponeses, professores e enfermeiros beneficiou 5.637 pessoas no primeiro semestre deste ano.

Na província de Benguela foram beneficiadas 3.000 pessoas, em Malanje o programa abrangeu 1.663 pessoas e no Huambo foram atribuídos créditos a 638 pessoas. No Bengo 155 pessoas, 78 na Huíla, 56 em Luanda e 47 na província do Bié, beneficiaram igual-

mente. O programa, no valor global de 10 milhões de dólares foi lançado pelo governo em Setembro de 2005, tendo como objectivo ajudar os camponeses na aquisição de sementes e alfaías agrícolas e os professores e enfermeiros na compra de bens de consumo. O programa é gerido pelo Banco Sol e por outro lado, Dom Damião Franklim lamentou a suspensão das actividades do Programa Alimentar Mundial (PAM) das Nações Unidas no país, adiantando que o problema de falta de verbas tem de ser resolvido. "Tem que se arranjar (as verbas em falta). Através da comunidade internacional ou local", afirmou. Recorde-se que o porta-voz do PAM Manuel Cristóvão havia confirmado que a agência humanitária da ONU suspendera as suas actividades em Angola no final de Setembro devido à falta de verbas para fazer chegar a ajuda aos beneficiários. A instituição tem actualmente em armazém 17 mil toneladas de bens alimentares, mas não possui as verbas para os fazer chegar às populações carenciadas. "É preciso manter esta ajuda", salientou D. Damião Franklim, adiantando que existem "focos que precisam de ajuda de emergência", nomeadamente, os "deslocados, que vivem de uma economia informal". O PAM assistia em Angola até à suspensão das suas operações cerca de 417 mil pessoas, na maioria crianças do ensino primário do planalto central e da periferia de Luanda, que beneficiavam do programa de merenda escolar.

Até finais de Setembro, estava a fornecer a merenda escolar a cerca de 220 mil crianças, mas pretendia alargar este apoio a mais 100 mil até ao final do ano. O primeiro alet:ta do PAM para a falta de verbas que permitissem prosseguir as operações em Angola foi feito em Julho, mas esse apelo dirigido aos doadores internacionais não teve qualquer efeito.

"Desde esse apelo, o PAM não recebeu qualquer doação", afirmou pelo Banco de Poupança e Crédito (BPC).

Manuel Cristóvão, acrescentando que o PAM necessita de 6,2 milhões de dólares para reiniciar as operações humanitárias. "Estamos em contacto com o governo para tentarmos encontrar uma saída para esta crise e também continuamos os contactos com a comunidade doadora internacional para alertar para a gravidade da situação", frisou. O PAM devido à falta de financiamentos, começou a reduzir em meados do ano passado as suas operações em Angola, mantendo apenas a assistência a populações mais carenciadas nas províncias de Luanda, Huambo, Bié, Benguela e Moxico.

O actual programa de assistência do PAM, orçado em 88 milhões de dólares começou a ser aplicado em Abril e tinha uma duração prevista de três anos. Um estudo realizado por esta agência das Nações Unidas no final do ano passado nas zonas rurais do leste e sul revelou

que "mais de 900 mil pessoas vivem numa situação de insegurança alimentar" e ainda que cerca de 45 por cento das crianças menores de cinco anos "sofrem de má nutrição crónica".

1.7 Pobreza de cada dia

Agora...21-10-06

Por ocasião do Dia Internacional de Combate à Pobreza, o Ministério do Planeamento e o Sistema das Nações Unidas lançaram o Relatório Nacional dos Objectivos do Milénio referente a 2005. Segundo o documento, a implementação das estratégias de combate à miséria está avaliada em mais de três biliões de dólares

A pobreza foi considerada, durante o seminário alusivo à sua erradicação, uma das principais causas de muitos problemas que se verificam em Angola, incluído a corrupção. As consequências deste fenómeno têm repercussões na maior parte das famílias e em toda a vida cultural, social, política, económica, desportiva e religiosa do país.

Cresce cada vez mais o número de angolanos a viver com menos de um dólar/dia. Já não se pode falar em refeição condigna. Em muitos lares a miséria é tanta que as pessoas nem podem pensar em pequeno-almoço, não almoçam e nem jantam.

Por causa da fome, muitas crianças não frequentam as escolas e as que vão quase não aprendem nada, o que obrigou o Ministério da Educação a optar pelo programa de merenda escolar, efectuado maioritariamente nas províncias.

Na tentativa de combater à pobreza nas suas casas, a maior parte dos pais ou encarregados de educação procuram ter mais de um emprego, por conseguinte ficam sem tempo para educar os filhos. Há inclusive pais que vivendo na mesma casa só vê o educando ao fim de semana, como deixaram a entender alguns entrevistados que participaram no seminário.

Nas instituições do Estado que prestam serviços directos à população, o cidadão é atendido apenas se levar dinheiro, facto que este semanário já constatou várias vezes. No centro médico do Prenda, por exemplo, para receber assistência o paciente tem de pagar todo o material gastável usado pelo enfermeiro, prática que chega a verificar-se também nos hospitais.

Também devido à extrema pobreza crescem as seitas religiosas que vão prometendo em nome de Deus melhores condições de vida aos crentes caso façam sacrifícios em benefício da seita.

Angola é dos países mais ricos do mundo em termos de recursos natural. É o segundo da África subsariana que mais produz petróleo e o quarto maior produtor de diamantes, sem esquecer outros minerais. Possui terras aráveis, fauna e flora, mas tudo isto contrasta com o

baixo nível socio-económico da população.

Segundo o Relatório dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio lançado no seminário, no biénio de 2000/2001, 68% da população angolana vivia abaixo da linha da pobreza (correspondente a 1,70 dólares) e 26% em extrema pobreza a esperança de vida dos angolanos é de 41 anos.

Ainda de acordo com os dados estatísticos do mesmo relatório, mais de 559 dos partos não são assistidos e uma em cada quatro crianças morre antes de atingir os cinco anos, sendo a taxa de mortalidade infantil das mais altas do mundo. A taxa de prevalência de VIH/Sida, entre pessoas de 15 a 49 anos, era de 3,99 e mais de 110 mil crianças ficaram órfãs por causa da doença.

De estatísticas ainda não é tudo, avançando também o documento que em 200 as mulheres constituíam 70% do sector de trabalho informal. A taxa de alfabetização entre indivíduos maiores de 15 anos é de 82% para homens e 54% para mulheres.

Sobre esta situação questionámos o vice-ministro do Planeamento que também participou no seminário. Carlos Lopes disse não concordar com a ideia de que a pobreza em Angola seja causada pela má distribuição das riquezas. Para ele o conflito militar que se viveu é o principal motivo da miséria dos angolanos.

"A má distribuição das riquezas naturais não é a causa da pobreza. A guerra que vivemos sim. Esta isolou 4 países, quebrou todo o circuito de produção e de distribuição", defendeu. "Agora para sairmos deste círculo é necessário investir. É através do investimento que há emprego no sentido de as pessoas gerarem rendimentos e melhorar a qualidade de vida que têm actualmente".

Recorde-se que os dados estatísticos são dos anos 2000 e 2001, mas também indicam, seguramente, a realidade actual e nem se sabe se o Governo vai conseguir resolver pela metade os problemas aqui reportados até 2015, embora Carlos Lopes defendeu que muita coisa mudou "Os dados do relatório são do passado, hoje já muita coisa mudou".

Entre os 177 países mencionados no relatório de desenvolvimento humano do PNUD, Angola ficou classificada em 1660 lugar.

O Relatório dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, que também menciona os desafios e as estratégias de combate à miséria, avança que o custo financeiro da implementação dos objectivos ronda os 3,15 biliões de dólares desde 2003 até 2006.

1.8 Quase um milhão de angolanos em risco de morrer de fome

capital...21-10-06

A fotografia não engana. A criança angolana, cuja foto ilustra a presente reportagem, encontra-se de facto na situação descrita pela imagem. Mas é apenas uma gota no oceano. Como este menino, milhares de outros cidadãos angolanos vivem, na actualidade, uma conjuntura de carência alimentar com largas possibilidades de agravamento.

Com efeito, o anúncio do Programa Alimentar Mundial (PAM), feito em Setembro, último, de suspensão das suas operações em Angola ameaça a sobrevivência de milhares de angolanos. O PAM não é senão a maior organização envolvida em actividades humanitárias no país, garantindo o sustento alimentar de comunidades inteiras, sobretudo no centro, leste e no sul do país.

«Estam os a viver uma situação de crise», explicou Manuel Cristóvão, oficial de informação do Programa Alimentar Mundial (PAM).

A organização suspendeu a sua actividade em Angola desde o passado mês de Setembro depois de confrontada com uma grave situação de falta de verbas. Para tal estagnação concorreu uma retracção de doadores internacionais que se mostram, pois, relutantes em continuar a apoiar os programas desenhados para Angola.

Era intenção do PAM desenvolver no país um programa de três anos que deveria estender-se até 2008. Ao longo deste período seriam aplicados um total de 90 milhões de dólares fundamentalmente destinados ao apoio a pessoas carentes de ajuda alimentar, contemplando, por outro lado, o desenvolvimento do projecto merenda escolar além da distribuição de mantimentos a portadores do vírus da sida bem como a doentes de tuberculose. Desde logo, porém, a organização deu-se conta de que não conseguiria atingir os seus objectivos, de tal modo que, até ao recuado mês de Setembro, tinha apenas arrecadado 20 por cento das verbas necessárias.

Não se fazendo de rogado, O PAM, um organismo afecto à Organização das Nações Unidas (ONU), distribuiu vários apelos no último mês de Junho. Mas nenhum deles sensibilizou a comunidade internacional. Esta que, segundo Manuel Cristóvão, entende que há outros países, na conjuntura internacional, muito mais carenciados de apoio humanitário que Angola. «Este é, com efeito, um dos principais motivos para a falta de apoio da comunidade doadora para os programas em Angola», constatou.

A retracção dos doadores não foi imediata. Ano após ano o PAM foi se confrontando com a recusa, de potenciais doadores, de apoiarem programas humanitários em Angola, um pouco por entenderem que, pelos

recursos que possui, o país pode jogar um papel mais activo na resolução dos problemas da sua população. Em quatro anos de paz, segundo o entendimento dos doadores, o Governo já deveria prestar mais atenção às pessoas com mais dificuldades.

Desde a crise alimentar, no Sudão, ao período pós guerra, no Líbano, a conjuntura internacional determinou uma fuga de apoios humanitários antes destinados a Angola, levando a que mais de 800 mil cidadãos estejam, na actualidade, em alto risco alimentar. Ou, dito de outro modo, milhares de angolanos podem morrer vítimas da fome.

Esta é, pelo menos, a estimativa do Programa Alimentar Mundial (PAM) e do Fundo das Nações Unidas para a Alimentação. Ambas as instituições realizaram um estudo que resultou determinante para se constatar que, no país, perto de 800 mil pessoas vão necessitar de ajuda alimentar até às próximas colheitas. No presente ano, as colheitas foram desastrosas, segundo Manuel Cristóvão. Esta crise, porém, ainda tem saída. De acordo com Manuel Cristóvão, o quadro pode ser invertido com uma rápida e eficaz intervenção do Governo e dos seus demais parceiros humanitários. «Só assim se pode evitar o agravamento da situação», esclareceu o oficial de informação do PAM, mencionando que a sua organização procura fazer com que o Governo «jogue um papel mais activo para a resolução do problema».

Até suspender as suas actividades, o PAM implementava, no país, programas de apoio aos sectores da saúde e educação, além da distribuição de mantimentos. Essas actividades eram desenvolvidas essencialmente nas províncias do centro e leste do país. «Neste último caso, falamos da província do Moxico, que é o principal ponto de entrada de cidadãos refugiados na República do Congo». Agora, tal como esclareceu Cristóvão, procura-se passar toda essa responsabilidade para as mãos do Governo. «Não somente a implementação como, sobretudo, o próprio financiamento desses programas», explicou.

Nos seus armazéns, o PAM dispõe ainda de 17 mil toneladas de alimentos. Com as actividades suspensas, a organização não as pode distribuir, restando, ao Governo e seus parceiros, a responsabilidades de retirarem a comida dos armazéns e a distribuírem entre os cidadãos mais necessitados. «O PAM está sem recursos para implementar esses programas», salientou.

1.9 Dia mundial da pobreza é acto de "cinismo"

Folha8...21-10-06

O Bispo de Baucau considerou que o Dia Mundial para a Erradicação da Pobreza é um acto de "cinismo" dos países porque não é acompanhado por medidas para contrariar o fosso entre ricos e pobres. A existência de uma data, que se comemora a 17 de Outubro, é mais um "lugar de expansão do cinismo" dos mais ricos do que "um sinal de uma vontade concreta de resolução dos problemas", afirmou D. Basílio do Nascimento. No caso de Timor Leste, o combate à pobreza só pode ser concretizado com sucesso quando existir estabilidade política, que não tem sucedido, sustentou. "É desejável a estabilidade" porque só assim será possível "aplicar projectos contra a pobreza", considerou o prelado, que se mostra apreensivo com o futuro de Timor.

"Estou pessimista. Somos um país independente há quatro anos e demos alguns passos, mas agora sentimo-nos perdidos", afirmou o bispo, que rejeita um papel mais interventivo da Igreja Católica na actual crise.

"A Igreja não pode resolver os problemas políticos" porque a hierarquia católica só pode apresentar "soluções morais" que são insuficientes nomeadamente para combater as desigualdades sociais, desabafou o bispo.

A questão da pobreza requer mais investimentos para contrariar as suas causas estruturais, que perpetuam a existência de gerações inteiras em crises de fome e miséria social. O arcebispo de Luanda e o cardeal de São Salvador foram unânimes em considerar a educação como um dos problemas que agravam a pobreza, nomeadamente nos países mais pobres, em África e na América do Sul.

"Não se pode combater a pobreza com ignorância e sem educação", considerou D. Damião Franklim, arcebispo de Luanda. "Para deixarmos de ter pobreza, não basta mudar o pensamento e o investimento económico. Temos também de mudar os hábitos da população", evitando que os "ciclos de miséria" se repitam, afirmou o arcebispo.

Opinião semelhante tem o cardeal Geraldo Agnelo, de São Salvador da Baía e presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, defendendo um maior investimento nos mais novos e na sua formação. "Para combater a fome e a miséria temos de apostar numa educação de igualdade e na saúde para todos. Só assim, será possível preparar as crianças a quebrarem este ciclo" de "miséria e fome" que se "repete em muitas cidades do Brasil", afirmou o cardeal.

1.10 Aumenta o fosso entre pobres e ricos em Angola

Capital....28-10-06

Mais de dois terços da população de Angola, cujas estimativas não oficiais apontam para cerca de 16 milhões de pessoas, vivem com menos de \$ 2 USD por dia e 4 milhões dentre aqueles sobrevivem com US\$ 0.75 cêntimos do dólar ou menos por dia.

Isto evidencia o aumento do fosso entre pobres e ricos em Angola, segundo um relatório do PNUD (programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, num país que se situa a nível continental como o segundo maior exportador de petróleo.

Ainda segundo o mesmo relatório de progresso sobre Angola relativo aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio divulgado na passada semana, " um outro indicador que ilustra claramente o nível de pobreza é a mediação da desigualdade na distribuição da riqueza".

Nos termos do coeficiente de Gini, uma medição da distribuição do rendimento cujo índice seja 0 como igualdade perfeita e 100 como referência da desigualdade perfeita, a dimensão do fosso expande-se de 0.52 para 0.62.

Angola está entre um dos 191 países que adoptaram a Declaração do Milénio no ano 2000, visando diminuir a pobreza pela metade e propiciar alimentação para todas as famílias e educação para todas as crianças até 2015. Trata-se de um objectivo nobre, cujo fim parece apesar de tudo cada vez mais distante e se o nosso petróleo vai cada vez mais longe como diz o slogan, também a riqueza e os benefícios que ele proporciona estão cada vez mais distantes da maioria dos angolanos.

Apesar de o governo ter adoptado uma estratégia de redução da pobreza depois do advento da paz em 2002, um economista sénior do PNUD em Angola, Michel Botomaza, citado pela Rede de Informação das Nações Unidas, IRIN, acredita que " existe um sentimento de que o governo está a desperdiçar dinheiro com elefantes brancos", tais como o novo aeroporto internacional, embora admita que "talvez o Executivo possua uma nova estratégia".

O economista interroga-se ainda pelo facto de 70% do Orçamento Geral do Estado ser destinado para efeitos especiais cujo fim ninguém realmente sabe.

Por outro lado e em contraponto a exibição das suas riquezas naturais, Angola continua a figurar como um dos países mais corruptos do mundo, estando em 1510 lugar no ranking da Transparência Internacional numa lista de 158 países.

A percepção de que os altos funcionários do Estado utilizam os seus postos governamentais ou públicos para o enriquecimento pessoal é hoje um dado adquirido que quase ninguém ousa negar, nem no país nem no estrangeiro.

Cinco anos depois da declaração dos Objectivos do

Milénio, Angola pautou-se no nível mais baixo das seis categorias da declaração - erradicação da miséria extrema, promoção da igualdade no género, redução da mortalidade infantil, melhoria dos cuidados maternos de saúde, combate ao HIV /SIDA e garantia da sustentabilidade ambiental - mas conseguiu atingir o mais alto nível no ensino primário universal e uma pontuação moderada no desenvolvimento das parcerias globais. Restando ainda dez anos para se alcançar os Objectivos do Milénio, as possibilidades de tal desiderato ser conseguido são avaliadas como moderadas.

Segundo o relatório cerca de 4.4 milhões de deslocados internos foram Reassentados e cerca de 314,000 refugiados, ou seja 68.7%, regressaram ao país.

O relatório de progresso sobre os Objectivos do Milénio estima que " levará algum tempo para que esta amplo movimento demo gráfico tenha um impacto positivo na produção de alimentos, a qual também depende da reabilitação das infraestruturas", assim como da reintegração de cerca de 100,000 antigos combatentes. A vulnerabilidade alimentar afectou cerca de 3.5 milhões de pessoas quando a guerra acabou, mas o renascimento da agricultura tradicional, suportada por doadores e pela distribuição pelo estado de insumos agrícolas a cerca de 600,000 pequenos agricultores, fez com que aquele número reduzisse desde então para 1.1 milhões".

Aquela agência das Nações Unidas considera que a produção agrícola tem vindo a ser limitada pelo " pobre estado dos sistemas de comunicações, a dificuldade de transportação de bens (como consequência da lenta reabilitação de estradas e pontes) um subdesenvolvido sistema de conservação de alimentos e utilização de métodos rudimentares na agricultura e criação de gado".

Deste modo, o PNUD recomenda que o governo angolano aumente a alocação de verbas no OG E destinadas à agricultura, pescas e ambiente, que se situa actualmente ao nível dos 3%, na esperança de atingir os Objectivos do Milénio, sobretudo em matéria nutricional.

A economia angolana cresceu entre 2002-2004 a uma taxa de mais de 10% ao ano e este nível deve subir para cerca de 17% nos próximos cinco anos, mas o país ainda está longe de sentir estes efeitos no quotidiano da gente comum.

2 MERCADO INFORMAL E MICROFINANÇAS

2.1 Micro-crédito do BPC beneficia 85 pessoas

Angop...04-10-06

Oitenta e cinco pessoas, de diferentes municípios da província do Cunene, foram contempladas, durante o primeiro semestre de 2006, com o projecto do governo de micro-crédito e crédito ao consumo, destinados a professores, enfermeiros e camponeses.

De acordo com a gerente do Banco de Poupança e Crédito (BPC) no Cunene, Carolina da Costa, foram já disponibilizados para a província 100 mil dólares americanos.

Segundo a gerente, o programa de crédito ao consumo já beneficiou 45 professores e 40 enfermeiros que trabalham nas zonas rurais. Para os camponeses, referiu, ainda não foram empregues os 50 mil dólares americanos disponíveis devido à falta de organização de associações camponesas na província.

Adiantou que para a cedência dos créditos aos camponeses é necessário que estejam organizados em associação e procederem à abertura de conta solidária junto dos balcões do BPC local. O programa de crédito ao consumo foi lançado em Setembro de 2005 e a iniciativa governamental atendeu já mais de 950 pessoas, entre enfermeiros, professores e camponeses, organizados nas províncias de Luanda, Cunene, Lunda Norte, Lunda Sul, Namibe e Moxico. A iniciativa visa ajudar os profissionais da saúde, educação e camponeses na aquisição de bens de consumo e instrumentos agrícolas. O projecto, lançado conjuntamente pelos Bancos Sol e de Poupança e Crédito, está avaliado em 10 milhões de dólares americanos.

2.2 Competências determinam a aquisição de micro-créditos

Angop...06-10-06

A concessão de micro-créditos para pequenos negócios depende muito das competências, isto é, da habilidade e da experiência do requerente multiplicar o montante recebido e reembolsá-lo ao credor, afirmou hoje o subdirector para pequenas e médias empresas do Banco Sol, Gil Alves Bechimol.

O bancário fez tais declarações quando ministrava uma palestra sobre o tema "Micro-crédito: construindo o futuro das microfinanças", destinada a mulheres

adstritas a Organização da Mulher Angolana (OMA) da província de Luanda, numa promoção do Secretariado Executivo Nacional.

O responsável informou às mulheres que o Banco Sol para conceder micro-crédito faz uma avaliação sobre as qualidades do solicitante, bem como do negócio a ser feito.

O acesso, as garantias, o reembolso e os juros do micro-crédito constituíram matérias de destaque abordadas no encontro com as associadas da OMA. A palestra enquadrou-se no 50º aniversário do MPLA, a assinalar-se a 10 de Dezembro, e visou informar às mulheres sobre as modalidades e vantagens das microfinanças nas famílias de baixa renda.

2.3 Serviços de fiscalização sob inquerito

Folha8...07-10-06

Se, eventualmente, houver boa vontade e a comissão de inquérito da delegação provincial das Finanças de Luanda apresentar publicamente o resultado do inquérito a que foi submetido o serviço de fiscalização do Governo Provincial de Luanda, os munícipes luan-denses estarão mais aliviados ao tomarem conhecimento sobre como funcionam tais serviços.

O inquérito, que já dura há mais de mês e meio, aguardado com muita expectativa, é o resultado de uma notícia publicada neste bissemanário na sua edição nº 826 de 5 de Agosto de 2006, onde numa das suas chamadas alertava a aplicação de multas acima das previstas pelo Serviços de Fiscalização do Governo Provincial de Luanda, que tem à testa o primeiro superintendente Victor Fernandes.

Segundo uma fonte dos Serviços de Fiscalização que forneceu esta informação ao Folha8 nesta quarta-feira, 4, os inspectores, cujo número a fonte não precisou, trabalharam arduamente para apurar as irregularidades que grassam no "reino" dos SF onde os fiscais fazem e desfazem a seu bel-prazer tudo o que lhes dá na gana, mas sempre em prejuízo de pacatos cidadãos.

Durante o inquérito, segundo a fonte, Victor Fernandes que é acusado em surdina pelos seus colaboradores mais próximos de arrogante e presunçoso manteve-se num silêncio sepulcral na vã tentativa de ludibriar os inspectores de quem ele de resto é um responsável caracterizado por um dirigismo excepcional. Victor Fernandes, que rendeu Carlos Alves no comando dos Serviços de Fiscalização, é apontado como sendo o obreiro da aplicação das multas fora do regulamento da Lei das Transgressões administrativas, o único instrumento que regula tais serviços não só ao nível de Luanda, bem como em todas as províncias do país. A história indecente dos SF atingiu ao rubro, como sói dizer-se, quando ocorreram na área de Cambamba I e

II e no município de Kilamba, as demolições de residências de pacatos cidadãos, que, depois de terem sido autorizados a erguer as referidas residências pela administração municipal na era de Baltazar de Oliveira - cujo consulado foi um tanto ou quanto conturbado -, se viram de repente sem nada. De lá para cá, as demolições impiedosas protagonizadas pelos fiscais começaram a tomar proporções alarmantes chegando-se ao ponto de uma senhora se ter desnudado em protesto de ter sido demolida a sua frágil casa feita à custa de venda ambulatória, a comercializar hortaliças na baixa da cidade, uma prática quase comum em Luanda, entre as kaluandas. Recuando um pouco no tempo, importa frisar que o dilema que existe entre os munkipes luandenses e os SF residem na aplicação de multas exorbitantes. Em suma, a expectativa é maior para se saber o resultado do inquérito feito no "reino" de Victor Fernandes.

2.4 D. Damião saúda banqueiro do povo

Folha8...21-10-06

O arcebispo de Luanda saudou a atribuição do Prémio Nobel da Paz a Muhammad Yun, fundador do micro-crédito, considerando que o projecto é "muito impollante" para a formação dos empresários nos países mais pobres. Trata-se de um "meio para incentivar os pequenos empresários", apostando também na "criação de trabalho" em países com fortes taxas de desemprego, afirmou D. Damião Franklim, que é também presidente da Conferência Episcopal de Angola e São Tomé e Príncipe.

Em "países como o nosso, onde não há tradição empresarial", o micro-crédito constitui um "estímulo para criar riqueza", explicou o arcebispo. O programa de Yunus permite acesso a empréstimos bancários a pessoas de baixos recursos e sem acesso à banca tradicional. Vários movimentos católicos em Angola já desenvolvem projectos semelhantes, nomeadamente no apoio a iniciativas empresariais de pequena dimensão.

O microcrédito, associado ao Banco Grameen e ao seu fundador, Muhammad Yunus, distinguidos com o Nobel da Paz, tem em Angola, no primeiro semestre deste ano, um programa avaliado em 2,8 milhões de dólares, segundo um documento oficial do governo divulgado em Luanda no início de Setembro Último e referem-se à execução deste programa em sete das 18 províncias do país. O programa de crédito ao consumo e de microcrédito lançado pelo governo para apoiar camponeses, professores e enfermeiros beneficiou 5.637 pessoas no primeiro semestre deste ano.

Na província de Benguela foram beneficiadas 3.000 pessoas, em Malanje o programa abrangeu 1.663 pessoas e no Huambo foram atribuídos créditos a 638

pessoas. No Bengo 155 pessoas, 78 na Huila, 56 em Luanda e 47 na província do Bié, beneficiaram igualmente. O programa, no valor global de 10 milhões de dólares foi lançado pelo governo em Setembro de 2005, tendo como objectivo ajudar os camponeses na aquisição de sementes e alfaías agrícolas e os professores e enfermeiros na compra de bens de consumo. O programa é gerido pelo Banco Sol e por outro lado, Dom Damião Franklim lamentou a suspensão das actividades do Programa Alimentar Mundial (PAM) das Nações Unidas no país, adiando que o problema de falta de verbas tem de ser resolvido. "Tem que se arranjar (as verbas em falta). Através da comunidade internacional ou local", afirmou. Recorde-se que o pOI1a-voz do PAM Manuel Cristóvão havia confirmado que a agência humanitária da ONU suspendera as suas actividades em Angola no final de Setembro devido à falta de verbas para fazer chegar a ajuda aos beneficiários. A instituição tem actualmente em armazém 17 mil toneladas de bens alimentares, mas não possui as verbas para os fazer chegar às populações carenciadas. "É preciso manter esta ajuda", salientou D. Damião Franklim, adiando que existem "focos que precisam de ajuda de emergência", nomeadamente, os "deslocados, que vivem de uma economia informal". O PAM assistia em Angola até à suspensão das suas operações cerca de 417 mil pessoas, na maioria crianças do ensino primário do planalto central e da periferia de Luanda, que beneficiavam do programa de merenda escolar.

Até finais de Setembro, estava a fornecer a merenda escolar a cerca de 220 mil crianças, mas pretendia alargar este apoio a mais 100 mil até ao final do ano. O primeiro aletta do PAM para a falta de verbas que permitissem prosseguir as operações em Angola foi feito em Julho, mas esse apelo dirigido aos doadores internacionais não teve qualquer efeito.

"Desde esse apelo, o PAM não recebeu qualquer doação", afirmou pelo Banco de Poupança e Crédito (BPC).

Manuel Cristóvão, acrescentando que o PAM necessita de 6,2 milhões de dólares para reiniciar as operações humanitárias. "Estamos em contacto com o governo para tentarmos encontrar li ma saída para esta crise e também continuamos os contactos com a comunidade doadora internacional para alertar para a gravidade da situação", flisou. O PAM. devido à falta de financiamentos, começou a reduzir em meados do ano passado as suas operações em Angola, mantendo apenas a assistência a populações mais carenciadas nas províncias de Luanda, Huambo, Bié, Benguela e Moxico.

O actual programa de assistência do PAM, orçado em 88 milhões de dólares começou a ser aplicado em Abril e tinha uma duração prevista de três anos. Um estudo

realizado por esta agência das Nações Unidas no final do ano passado nas zonas rurais do leste e sul revelou que "mais de 900 mil pessoas vivem numa situação de insegurança alimentar" e ainda que cerca de 45 por cento das crianças menores de cinco anos "sofrem de má nutrição crónica".

2.5 Pobreza na mira do Governo Angolano

Angolense...21-10-06

A Ministra do Planeamento, Ana Lourenço, em representação do Governo angolano ao debate sobre a pobreza, esta semana, na Assembleia Nacional, reafirmou que a redução da pobreza constitui a principal prioridade do executivo de Dos Santos nesta fase de paz e de reconciliação nacional, tendo em conta os níveis de crescimento da economia. Mas o discurso da governante angolana não convenceu a comunidade internacional, sobretudo Fundo Monetário Internacional, (FMI).

Dados recentes daquela instituição monetária de cunho mundial referem que a economia angolana pode crescer até 10 por cento no próximo ano (2007), o que não representa um indicativo suficiente para combater a pobreza que grassa pelo país, onde milhares de cidadãos vivem com menos de 1 dólar por dia.

Este indicativo, segundo dados em referência, deve-se à subida dos preços de alguns produtos na África Subsariana, no mercado internacional, pelo que Angola pode experimentar um aumento de 5,9 por cento no produto interno bruto em 2007, duplicando, desta maneira, a percentagem de 2006.

O responsável do FMI, Francis Guttis, afirmou, no Senegal, que "embora Angola continue a verificar um "jack pote" na produção petrolífera aliado aos rendimentos da exportação dos diamantes, que tem contribuído para o aumento significativo no rendimento nacional, sendo esta a razão do crescimento repentino que se regista na maior parte dos países da África Austral incluindo a Nigéria e aqueles que acabaram de sair da guerra civil, a redistribuição do mesmo rendimento não satisfaz o cidadão comum," Nestes países, reparou, os níveis de inflação tem sido controlados e o investimento privado aumentou e, desta forma, a economia Angola e de países da África Austral parece respirar de alento, mas a fome, o desemprego, o subemprego, a falta de habitação e outros males continuam a fazer muitas vítimas no seio das populações destes países.

"Há a necessidade de que esse crescimento possa servir de 'mola de toque'" para a redução da pobreza interna em Angola e em África, que é ainda assustador", alertou o responsável do FMI, para quem, os países africanos devem crescer rapidamente para diminuir a

pobreza, possibilitando, desta forma, a maior e melhor redistribuição da riqueza nacional. Em Angola, o crescimento do PIB está estimado em mais de 3 por cento para cada habitante em 2007.

2.6 Dos Kinguilas aos Bancos

Cruzeiro do Sul...28-10-06

Apesar de serem cada vez mais as alternativas legais para troca de moeda, os chamados Kinguilas nunca abdicaram da sua actividade. A maioria admite que a abertura que trouxe a economia de mercado com o aparecimento das Casas de Câmbios diminuiu o lucro nos negócios, mas olham para a actividade como alternativa à falta de emprego e garantia de sobrevivência.

No Lubango a "coisa" vai mal

Espalhados pela cidade e nos mercados informais (Tchioco e João de Almeida) os Kinguilas pedem para não ser identificados mas acederam a, entrevista em que admitiram que as Casas de Câmbio provocaram uma redução no número de clientes que antes acorriam aos seus serviços. A contragosto confessam que há clientes que olham os Kinguilas com alguma desconfiança muito por culpa do trabalho que estes prestavam num passado recente. "Sabemos da existência das Casas de Câmbios elas vieram trazer de facto prejuízos nos nossos negócios, mas desde que ganhemos um bocado para sustentar as nossas famílias sem roubarmos a ninguém, penso que não está mal" disse um dos Kinguilas a nossa reportagem.

Muitos Kinguilas são acusados de movimentar notas falsas ou colocar entre as notas de maior valor facial notas menores, aproveitando-se do negócio para ludibriar pessoas inocentes. Um dos Kinguilas do Lubango disse que não pode negar as acusações, mas que nem todos se portam dessa maneira "Eu por exemplo já sou conhecido por muitos clientes e eles procuram-me trocam e nunca tive problemas nenhum" rematou.

Apesar de ganharem neste negócio o pão de cada dia, a maioria dos Kinguilas sente que o câmbio de rua está a perder força com a abertura das Casas de Câmbios e alguns pensam que esta é a hora de mudar de ramo de actividade. Mas para que isso seja possível consideram que o mercado de trabalho tem que absorver o exército de jovens que durante o dia ganham a vida com este tipo de negócio e aproveitaram a presença do CS para lançar um apelo ao governo no sentido encontrar solução para o desemprego a que estão votados muitos homens e mulheres até por que, garantem, vontade de trabalhar não falta.

Benguela

Kinguilas sem eira nem beiral!

O clima que caracteriza actualmente a relação entre a

Administração de Benguela e os cambistas e tenso. Manuel Francisco, actual inquilino da Câmara de Benguela, confirmou a actividade dos cambistas ao perímetro da Feira o que diminuiu os rendimentos porque, consideram os Kinguilas, se trata de um local turístico ao convívio do Mercado, onde trabalhavam anteriormente, propriamente comercial.

"Antes ganhávamos por dia 2.500 Kwanzas e hoje muitas vezes voltamos para casa sem um tostão o que é desesperante para qualquer chefe de família", disse-nos um Kinguila que preferiu não ser identificado. O nosso interlocutor refere que o desemprego e o único responsável pela actual onda de cambistas informais e da criminalidade que se vive em Benguela. "60% dos Kinguilas são pessoas letradas e não conseguem emprego. Portanto isso não pode continuar assim, alguém tem que ser responsabilizado por esse quadro de jovens desempregados", disse. Outro cambista reiterou as vantagens da actividade quando exercida no mercado "Imaginem alguém que vive no Largo da Peça vir até a Feita trocar Usd 20 ou 10. Tem que apanharem kupapata que custa Kz 200 ida e volta, mas se fosse no mercado pode ir a pé", esclareceu.

2.7 Suplícios de Kinguilas

Capital...28-10-06

Nada mudou, mesmo depois das reportagens da comunicação social angolana a denunciarem casos de brutalidade policial contra as kinguilas de Luanda. As cambistas continuam a queixar-se de extorsões e maus-tratos infringidos pelos «agentes da ordem».

As paredes da, casa de Bernarda Castro ainda guardam a imponência dos tempos áureos que já lá se vão. Mas a pintura branca cede aos poucos para um tom castanho lamacento sem resistir às dificuldades que a conjuntura impõe à família desta angolana de 38 anos de idade. «Os bons tempos já lá se vão», diz cabisbaixa a senhora, apertando contra o peito uma bolsa amarela. Por tão mau que sejam os tempos de hoje, ao menos a vaidade ela não perdeu. O amarelo da bolsa condiz com as sandálias, a pulseira e os reluzentes brincos dourados que usa. A contrastar, está o branco da blusa e o negro da calça.

«Quem dará de comer aos meus filhos?», questionou-se ao olhar, com alguma aflição, para o azul da carrinha policial que aparecia no horizonte. Esta pergunta, no entanto, não lhe é exclusiva. Muitos outros angolanos, homens e mulheres, que manuseiam divisas na via pública enfrentam o mesmo dilema.

Cambistas informais, ou kinguilas como são popularmente conhecidas, são presença constante nas esquinas das principais avenidas da cidade de Luanda. Há vários anos que faça sol ou chuva, e indiferentes ao trânsito caótico e às buzinas estridentes de automo-

bilistas apressados, compram e vendem divisas a contra gosto das autoridades. Agora, queixam-se de estarem a ser alvo de forte perseguição policial. Algumas dizem que foram detidas, por várias vezes levadas para uma esquadra em episódios que, não raras vezes, acabaram com cenas de violência.

«Eles só levam o nosso dinheiro»; disse Manuela, uma cambista que leva nos ombros mais de dez anos de experiência. Na Vila Alice, Manuela e Bernarda são colegas de longa data. Ambas se assustam e correm para um refúgio improvisado ao aproximar de uma carrinha cheia de agentes da polícia de ordem pública armados de metralhadoras do tipo AKM. Por cinco minutos, a viatura ronda o local, mas retira-se em seguida sem que os agentes vislumbrem qualquer kinguila. Manuela e Bernarda voltam a sentar-se nas suas cadeiras de plástico, brancas como a paz que, todavia, não têm.

«São sempre os mesmos», diz a primeira. Ela conta que, por vezes sucessivas, foi parar à esquadra, sempre levada pelos mesmos homens. Os agentes, segundo contam, foram ao ponto de pedir a ela e suas colegas que contribuíssem com 100 dólares cada uma para evitarem a prisão. «Nós pagamos, mas uma semana depois eles voltaram», revelou. Na esquadra, a farra é outra. «Quando nos encontram com dinheiro, se for mil dólares, por exemplo, eles ficam logo com 500, só quando você diz que o dinheiro é dum chefe é que eles aceitam 100 dólares em troca de uma declaração a dizer que demos o dinheiro voluntariamente».

Bernarda diz que de tanto recusar acabou por levar alguns porretes. «Me bateram nas nádegas e nas mãos porque não queria dar dinheiro», indicou a senhora de 38 anos de idade, consciente de que muitas outras colegas espalhadas por Luanda já passaram pela mesma ou por pior situação que ela. «Estamos a sofrer muito», atestou.

«Tenho cinco filhos para criar e ainda mais um sobrinho», comentou Bernarda na ânsia de encontrar as razões de tão grotesca intervenção policial. «Há anos que faço este negócio e nunca vivi tão inquieta como nos últimos dois anos», reclamou Domingas Rangel, aflita com os percalços da actividade que exerce no bairro São Paulo. «Não entendo o porquê dessa implicância ainda mais quando temos de fugir também dos bandidos de motorizadas».

«Esta, no nosso entender, é apenas uma das formas mais honestas que encontramos para sustentar as nossas famílias», disse.

Bernarda levou-nos à sua casa, no bairro Palanca, para mostrar o contraste entre a realidade de hoje e a vida que levou nos tempos áureos da actividade. Quando, como ela disse, o trabalho rendia, ela comprou um terreno, construiu uma casa de três quartos onde abrigou, deu educação e alimentou os seus cinco filhos

e mais um sobrinho. Agora tem dificuldades para manter a casa que começa a cair aos pedaços. A pintura branca desaparece a favor de um tom acastanhado, enquanto à mesa vai faltando o pão de cada dia.

Susana, aos 24 anos, mostra-se desesperada. Desde que começou a ser acoissada pela polícia vê-se com dificuldades para manter a saúde da sua mãe, que com mais de 60 anos de idade sofre de diabetes. «É inaceitável, só não entendo por quê agora importunam as nossas vidas».

UMA LUTA ANTIGA

A guerra entre as autoridades económicas e as kinguilas não é de agora. Remonta mesmo aos primórdios dessa actividade exercida à margem do sector oficial quando o país mudava o sistema económico centralizado para abraçar a economia de mercado. Com ela, vieram os problemas de adaptação entre as quais uma disfunção cambial que permitiam a existência em paralelo de duas taxas de câmbio, uma determinada administrativamente e outra estabelecida conforme a conveniência das kinguilas.

Várias medidas, inclusive a coação policial, foram implementadas para que o fenómeno deixasse de existir, mas apenas os sinais de estabilização económica surgidos depois do fim da guerra começaram a surtir efeito.

Mas as kinguilas não olham deste modo para a sua triste sina. Ou melhor, não entendem mesmo nada. «Gostaria de saber por que razão nos incomodam tanto se não prejudicamos a ninguém», comentou por seu turno a cambista Domingas Rangel.

«Peço que nos deixem ganhar o pão para os nossos filhos; entendam que apenas estamos a tentar vencer com dignidade as dificuldades que encontramos na vida».

2.8 Micro-credito beneficia 60 cooperativas

Jornal de angola...28-10-06

Sessenta cooperativas agrícolas (um total de mil e 407 indivíduos) beneficiaram, desde 2005, do Programa de Micro-crédito do Governo angolano gerido pelos bancos Sol e de Poupança e Crédito.

O facto foi anunciado, em Luanda, pelo Directorgeral do Instituto de desenvolvimento Agrário (IDA), Afonso Pedro Canga, durante o seminário sobre "As cooperativas no futuro de Angola", enquadrado no VII Encontro Cooperativista dos Povos de Língua Ponuguesa.

O projecto visa, sobretudo, o reforço da capacidade financeira dos produtores rurais, o fomento da actividade agrícola e a auto-suficiência das famílias camponesas.

Para Pedro Canga, o Programa de Micro-crédito, im-

plementado pelo IDA em parceria com UNACA (Confederação das Associações de Camponeses e Cooperativas-Pecuárias de Angola) é um importante meio para o desenvolvimento das economias, bem como um dos essenciais instrumentos de combate à pobreza.

Segundo o responsável, no meio agrícola, o crédito permite aos produtores aumentar as áreas de cultivo, intensificar a produção, assim como melhorar os sistemas de transformação e conservação dos produtos. Durante a palestra sobre "As cooperativas no futuro de Angola", cooperativistas de Portugal e Moçambique falaram sobre as suas experiências no sector e das acções de organização, dinamização e crescimento do movimento dos referidos países.

Para estes produtores, as cooperativas são de extrema utilidade para os associados, constituindo importante parceiro do desenvolvimento rural, já que criam valor acrescentado à produção e contribuem para o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) dos seus países. Do encontro, que terminou ontem, participaram países lusófonos, como Angola, Cabo Verde, Moçambique, Portugal e Brasil.

3 GOVERNAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO

3.1 Oposição política exige mais transparência

Terra Angolana...1ª Quinzena

Os partidos políticos da Oposição, designadamente, a UNITA, FNLA, PLD, PDP-ANA, FpD, POC's e PAI, no seguimento do encontro que mantiveram com a comissão Interministerial para o Processo Eleitoral realizado no passado dia oito de Setembro, enviaram três documentos aos Ministros do Interior, da Reinserção Social e da Administração do Território, respectivamente, exigindo o cumprimento dos compromissos assumidos nesse encontro, relativos a intolerância política, desminagem e sobre o processo eleitoral

Sobre a intolerância política, os partidos em questão, pediram esclarecimentos sobre os resultados do inquérito, do facto de uma ONG ter sido proibida pela Polícia Nacional de exibir um filme, na cidade do Lobito, sobre as eleições em Moçambique. No pedido, a Oposição procurou saber as medidas eventuais, tomadas pelo Ministério do Interior, no sentido de se minimizarem as agressões por parte de membros do partido do poder, contra os da oposição.

Ao Ministro da Assistência e Reinserção Social, a Oposição exigiu os documentos que este havia prometido, na reunião do dia oito, e que dizem respeito ao balanço do trabalho efectuado pelo Ministério, desde 2002, e no domínio da reabilitação das estradas pediram o plano da execução das empreitadas.

A oposição angolana quer política que o Ministério da Administração do Território, providencie toda a documentação ligada ao calendário eleitoral; ao programa de trabalho da CIPE e o balanço de actividades; aos procedimentos do registo eleitoral, começando pela selecção e formação de brigadistas e ainda à gestão do processo eleitoral, especificando os deveres do Governo com a CNE. Quanto ao processo de recrutamento, selecção e formação de brigadistas, exigiam dentre outros assuntos, os documentos sobre os critérios de selecção e a respectiva pontuação, bem como o documento que anuncie os dados em que o Ministro se baseia para assegurar que os brigadistas vêm de todas cores políticas.

De acordo com o Presidente do Partido Angolano Independente, Adriano Parreira fez saber que essas cartas têm como objectivo primário, pressionar essas entidades governamentais, por causa da morosidade que se verifica na entrega da documentação relativa ao

processo eleitoral, cujo pedido foi feito verbalmente na reunião do dia oito de Setembro.

3.2 Tendências

A capital...01-10-06

JOB CAPAPINHA, em muito boa hora o governador da província de Luanda optou por dar uma nova vida ao Conselho Provincial de Concertação e Auscultação Social. De facto, há muito tempo que já se fazia sentir a ausência de tal órgão de consulta que reúne pessoas ilustres da sociedade luandense que, como todos os demais, estão interessados no rápido desenvolvimento da capital angolana. Está aqui uma tomada de consciência de que Luanda está mudar e vai mudar ainda mais com o contributo de todos.

O ALBERTO NETO, o presidente do PDA, assim como outros líderes de partidecos, ameaçaram com a realização de uma manifestação que, em boa hora, não aconteceu. E nem deveria sequer acontecer, sobretudo pela incoerência das reclamações dessas formações políticas que reclamam do pagamento da segunda parte do subsídio que deveriam receber quando nem sequer se deram ao trabalho de prestar contas sobre a primeira tranche. Mas onde pensam essas senhoras que andam? É assim que se querem alternativas ao poder político? Isso é mais uma grande brincadeira ...

PRESIDENTE DA REPÚBLICA, os cidadãos ficam, muitas vezes, sem compreender as razões das nomeações ou mesmo das exonerações exaradas pelo Chefe de Estado. A mais curiosa delas, por exemplo, aconteceu nesta semana quando Eduardo dos Santos fez movimentações de embaixadores. Para o Japão, o PR encaminhou Albino Malungo, antigo ministro da Assistência e Reinserção Social, que foi afastado justamente por gestão irregular de uma ajuda humanitária proveniente do Japão. Então, porquê foi nomeado embaixador justamente nesse país?

ALCIDES SAKALA, este político, que já foi o número quatro na hierarquia da UNITA, teve a proeza de fazer publicar um livro pela Dom Quixote, uma das mais prestigiadas editoras de autores em língua portuguesa. Problema é que, de um livro que se esperava imparcial, o autor acabou por atribuir um cunho excessivamente ideológico, e partidário até, acabando por frustrar as expectativas de quem esperava muito mais dele. Sakala, e outros dirigentes da UNITA, já deveriam saber que endeusar Jonas Savimbi é, no fundo, uma tarefa vã, já que as pessoas sentiram na pele o que ele de facto foi.

3.3 Governo pretende concluir repatriamento de refugiados até final do ano

Angop...04-10-06

O ministro angolano da Assistência e Reinserção Social, João Baptista Kussumua, reafirmou terça-feira, em Genebra (Suíça), que o governo de Angola pretende concluir as operações de repatriamento dos angolanos refugiados nos países vizinhos até ao final deste ano. O governante que falava numa reunião do Comité Executivo do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, indicou que mais de 370 mil angolanos, de um total 600 mil, regressaram a Angola nos últimos três anos, no âmbito das operações de repatriamento.

Acrescentou que com o objectivo de atingir os propósitos definidos, o executivo angolano disponibilizou fundos para a conclusão das operações de repatriamento e conta com o alargamento da ajuda aprovada recentemente pelos doadores internacionais. João Baptista Kussumua referiu ser intenção do Governo que a corrente operação de regresso voluntário e organizado abranja o maior número de pessoas e que estas possam beneficiar da extensão da ajuda aprovada pelos doadores internacionais. "Estamos a fazer esforços concertados com os países de asilo, com a colaboração do HCR, para assegurar que o maior número possível de cidadãos vivendo com o estatuto de refugiados, possam regressar a Angola", informou.

Na sua intervenção, classificou a operação de repatriamento dos refugiados angolanos como "uma das mais complexas operações levadas a cabo em África e apoiadas pelo HCR, devido às características adversas do país, que emergiu de uma guerra devastadora". Na ocasião, agradeceu, em nome do Governo angolano, ao Alto Comissário da ONU para os Refugiados, António Guterres, pelo empenho pessoal e apelo feito à solidariedade e contribuição da comunidade internacional para a conclusão do repatriamento voluntário e organizado dos angolanos, particularmente os refugiados nos países vizinhos. Referindo-se ao contexto internacional, o governante disse que o mundo está hoje confrontado com o incremento do fenómeno preocupante da imigração ilegal e do tráfico humano, derivados fundamentalmente do problema sócio-económico de alguns países e do sub-desenvolvimento. Na abertura dos trabalhos do Comité Executivo do HCR, a que assistiu igualmente o Representante Permanente de Angola junto do Escritório da ONU em Genebra, Arcanjo do Nascimento, o Alto Comissário para os Refugiados da ONU apelou a uma "acção internacional concertada" para a preservação do estatuto de asilo.

António Guterres apelou igualmente à procura de melhores caminhos para lidar com a migração irregular, a reabilitação pós-conflito e o drama dos deslocados.

3.4 Municípios sem planos

Agora...07-10-06

Praticamente, em todos os municípios do país quem define onde "atacar" primeiro, são os governadores provinciais baseando-se nos pareceres dos respectivos gabinetes de planeamento e estatística.

Quando são aprovados os projectos, quem indica o executor são também os governadores provinciais mediante concurso público ou não. Nisto, os administradores ficam extremamente dependentes, não tendo qualquer expressão na manobra inerente ao funcionamento e desenvolvimento das suas áreas de jurisdição.

De acordo com a nossa fonte, assim acontece porque se desconfia que ao nível de municípios ainda faltam atributos para a gestão e aplicação de muito dinheiro.

"Os administradores nada podem fazer nestas circunstâncias. Estão amarrados", constata um funcionário do governo provincial do Uíge, salientando que "esta dependência só poderá ser ultrapassada quando ao nível das administrações municipais funcionarem também gabinetes técnicos e de planeamento".

3.5 Relatório nacional de direitos humanos é tema de workshop

Folha8 ...07-10-06

Um workshop para Elaboração do Relatório Nacional de Direitos Humanos realiza-se de 09 à 10 deste mês, em Luanda, no Palácio do Congresso, uma organização da Comissão Intersectorial para a redacção deste documento em parceria com o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos em Angola e o UNICEF.

Trata-se de uma formação em conformidade com a nova metodologia piloto de apresentação de relatórios sobre o assunto, proposta pelas Nações Unidas e aderida por Angola.

A formação é destinada aos directores nacionais dos diferentes ministérios, Instituto Nacional da Criança, Procuradoria Geral da República e representantes da sociedade civil, para permitir que o relatório de direitos humanos do país reflecta a sua real situação e permita analisar os progressos alcançados e as dificuldades enfrentadas nesta matéria, agilizando o delineamento de estratégias que ajudarão a satisfazer, cada vez melhor, os direitos fundamentais dos cidadãos. O evento irá debruçar-se sobre as novas linhas de orientação para

elaboração de documento comum e relatórios específicos, princípios básicos e justificação dos direitos económicos e sociais, análise do direito à educação, saúde e a alimentação adequada. Monitoria e avaliação da Convenção sobre os Direitos da Criança, Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos e os direitos da mulher no processo de apresentação de relatórios também serão ministrados na formação.

A mesma será facilitada por peritos internacionais e membros dos Comités de Direitos Humanos que analisam relatórios apresentados pelos Estados-parte de tratados internacionais ratificados.

No final, prevê-se a assinatura de uma Declaração de Intenções que será o compromisso dos órgãos centrais em relação ao processo de elaboração de relatórios de direitos humanos. A cerimónia de abertura do workshop contará com as presenças do Presidente da Assembleia Nacional, Procurador Geral da República, Presidente do Tribunal Supremo, Provedor de Justiça, Ministros, Directores Nacionais, representantes das Agências das Nações Unidas, embaixadas acreditadas em Angola e representantes da sociedade civil.

3.6 Falta de instalações dificulta funcionamento das administrações municipais e comunais

Angop...09-10-06

A falta de instalações adequadas contribui para a ineficácia de funcionamento das administrações municipais e comunais na província do Kwanza Norte, segundo o director de inspecção do governo local Francisco Vunda Domingos. Tal constatação foi apresentada hoje, em Ndalatando, após visitas que efectuou entre 28 de Setembro e 08 de Outubro, aos municípios da Banga, Bolongongo, Kiculungo, Ambaca e Samba Cajú, incluindo as respectivas sedes comunais. Segundo disse, o desconhecimento pelos funcionários locais dos modernos métodos de gestão administrativa, bem como a falta de mobiliários constam igualmente entre as dificuldades verificadas. Apontou que as instalações das administrações foram destruídas, no decurso do conflito armado, outras estão degradadas, por falta de reabilitação, pelo que funcionam, actualmente, grande parte em estabelecimentos comerciais abandonados. Francisco Vunda considerou, por isso, necessária e urgente a capacitação dos funcionários locais, bem como a reabilitação e construção de infra-estruturas para melhoramento dos serviços prestados a população..

3.7 Governo aposta na protecção dos direitos e liberdades dos cidadãos

Angop...09-10-06

Os esforços empreendidos pelo Governo angolano para honrar o compromisso assumido da promoção e protecção dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos foi enaltecido hoje, em Luanda, pelo procurador-geral adjunto da República, João da Cunha Caetano.

O magistrado fez esta afirmação quando procedia ao discurso de abertura do workshop central para a elaboração do Relatório Nacional sobre os Direitos Humanos no país, que se realiza de hoje a terça-feira, no Palácio dos Congressos.

Na opinião de João Caetano, o Governo angolano dedica atenção especial na defesa da franja da população mais vulnerável, dando prioridade e assistência à criança, a mulher e ao idoso, com destaque para a instalação ou construção de unidades hospitalares para o rastreio e tratamento do HIV/Sida. Ao abordar o actual processo de consolidação da democracia, o responsável admitiu que essa tarefa exige uma forte intervenção social e respeito pelos direitos do homem, a qual a Procuradoria Geral da República é chamada, com os demais órgãos do Estado, a desempenhar o seu papel de garante e protector da Lei Constitucional do país.

"Com a estabilidade política, militar e económica que o país tem vindo a registar, tem-se verificado um vigoroso incremento no apoio orçamental que o Estado destina a área social, concretamente na construção de infra-estruturas sociais, com destaque para os sectores da Saúde e Educação", sublinhou o magistrado. Em seu entender, o respeito pelos direitos humanos, em Angola, sairá mais reforçado depois do pleito eleitoral, cujo processo já está em curso. Ao intervir igualmente neste seminário, o secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores, Manuel Gomes dos Santos, disse que o Governo angolano vem implementando diversos programas visando um maior respeito e protecção dos direitos humanos. Ao exemplificar os factos que demonstram essa vontade do Estado, enumerou a criação de um sistema nacional de defesa dos direitos humanos, cujo processo contou com a abertura de comités provinciais, a nível de todo o país.

Apontou também a promoção dos direitos humanos nos órgãos policiais e judiciais, nos estabelecimentos de ensino, assim como a eleição de um provedor de Justiça e a extensão da Procuradoria Geral da República e tribunais a todos os municípios e comunas de Angola..

3.8 Igreja quer intervir no desenvolvimento

Folha8...14-10-06

Igreja Católica em Angola "está a sair das cinzas da guerra", apostada em intervir no desenvolvimento do país nas áreas da educação, saúde e bem-estar social, disse a 10.10, em Fátima, Portugal, o Arcebispo de Luanda, D. Damião Franklim, à margem do VII Encontro das Igrejas Lusófonas, que decorreu, na semana passada, no Santuário de Fátima.

Como argumento de força, o prelado garantiu ter já, a Igreja Católica um protocolo com o Ministério da Educação para a gestão de escolas, querendo contribuir para erradicar "a ignorância que contribui para a pobreza.

Intervenções nas áreas da saúde e do apoio social aos idosos e às crianças estão, também, na primeira linha das preocupações da Igreja, que se debate com o problema da existência de "muitos cristãos vinculados, mas poucos comprometidos", assim, no aspecto pastoral, "um regresso às origens" é uma prioridade, considerando fundamental um reforço do "anúncio de Cristo". O subdesenvolvimento do país, acompanhado da existência de "uma minoria que tem tudo, enquanto a maioria passa mal, são questões às quais a Igreja em Angola está atenta, "chamando a atenção, para que haja uma distribuição equitativa dos meios.

O que a Igreja pode fazer é educar os dirigentes para terem mais atenção ao seu povo", defende D. Damião Franklim, para quem, no entanto, é importante a intervenção da "sociedade civil" na resolução dos problemas do país. "Não podemos esperar que o Governo faça tudo", disse Dom Damião Franklim, que sobre a crise na Diocese de Cabinda garantiu que "a Igreja sempre alinhou pela diáspora do diálogo", concluiu o também presidente da Conferência Episcopal de Angola e São Tomé e Príncipe.

3.9 Semanada

O independente...28-10-06

JOAO LOURENÇO

Parlamentar cre na erradicação de Epidemias
o presidente em exercício da Assembleia Nacional, João Lourenço, disse, em Luanda, que as acções de urbanização saneamento básico das cidades e os programas de combate à pobreza e à miséria, levados a cabo pelo Governo poderão, a médio prazo, criar condições para a erradicação de várias epidemias no país. João Lourenço, que discursava na cerimónia de abertura do "Workshop sobre Saúde, Ambiente e Género", promovido pelo comité de especialidade da Assembleia Nacional, referiu que os índices de prevalência de HIV\Sida nos países africanos são

assustadores e atingem, sobretudo, jovens e mulheres na flor da idade.

VIERA CRUZ ESTEVE EM ANGOLA

Cooperação solida é o que se pretende

O primeiro ministro, Fernando Dias dos Santos da Piedade, considerou que o reforço da cooperação com a República de São Tomé deve ser um aspecto prioritário nos vários domínios do intercâmbio entre os dois países. Nandó falava, esta semana, por altura da abertura das conversações entre os dois países a propósito da visita a Angola do seu homólogo São Tomense, Tomé Verá Cruz, que aportou, quarta-feira, em Luanda para uma visita oficial de três dias. O governante são tomense, que foi recebido, no segundo dia da sua estadia (quinta-feira), pelo Presidente José Eduardo dos Santos, mostrou-se convencido de que as conversações que manteve com as autoridades angolanas vão redundar no alcance da parceria pretendida.

CONSELHO DE MINISTROS

Governo aprova construção de 1.862 habitações

O Governo aprovou projecto de construções de 1.862 habitações a serem vendidas a funcionários públicos, na modalidade de pagamento de rendas periódicas, durante 20 anos. As casas fazem parte da segunda parte do Projecto "Nova Vida" e custarão cerca de 157 milhões de dólares, financiados pelo Ministério das Finanças, com o recurso à emissão especial de obrigações de Tesouro. A decisão foi tomada na oitava sessão ordinária do Conselho de Ministros, orientada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, no Palácio Presidencial da Cidade Alta, em Luanda, na qual foi aprovada a construção de um hotel de cinco estrelas designado "Luanda Royal Hotel" em 2009. A unidade hoteleira, orçada em cerca de 77 milhões de dólares, começa a ser construída brevemente.

APROVADO PELO CM

Estatuto especial para cabinda

O Conselho de Ministros aprovou o estatuto especial para Cabinda, na sequência do estabelecimento da paz e da reconciliação nacional naquela província. De acordo com o comunicado de imprensa, saído da oitava sessão ordinária do órgão colegial do Governo, orientada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, o estatuto especial estabelece as bases gerais do modo de organização, atribuições funcionamento e poder regulamentar da administração local do estado naquela província.

PRIMEIRO MINISTRO

Queima de gas merece atenção do Governo

O primeiro-ministro, Fernando da Piedade Dias dos Santos "Nandó", anunciou, esta semana em Luanda, que cinco bilhões de toneladas de gás serão reutilizadas, por ano, pelo projecto Angola-LNG (Projecto de Gás Natural Liquefeito), na sua primeira fase.

O primeiro-ministro fez este anúncio na abertura do "worshop" sobre e "Implementação do Protocolo de Kyoto e mecanismo de desenvolvimento limpo" que, durante três dias, se debruçou sobre temas ligados à biodiversidade nacional. "O constitui uma estratégia do Governo par o aproveitamento total de todos os componentes provenientes do petróleo".

ANGOLA E NAMÍBIA

Acertada circulação na fronteira

A adenda ao acordo entre os Governos de Angola e da Namibia sobre a circulação de pessoas e bens ao longo da fronteira comum, recentemente aprovada pelo Conselho de Ministros, consta da I Série do Diário da Republica nº116, de 25 de Setembro ultimo. Conforme transcrito no órgão oficial, a iniciativa visa adequar os pressupostos aos novos desenvolvimentos ela cooperação no domínio da circulação de pessoas e bens no que convencionou chamar de "Área Fronteiriça", uma extensão de território entre o limite até 60 quilómetros dentro do espaço de caela uma elas partes.

3.10 Porquê sabotar a eleição ancestral?

Folha8...28-10-06

De regresso a Luanda os Mbanda-banda organizaram várias reuniões, pelo menos duas delas em presença ele um número considerável ele quadros bakongo, juristas, economistas, engenheiros e intelectuais (8 de Agosto e 21 de Outubro de 2006), a fim de ser esclarecida a situação e para decidir o que convinha fazer. A Última dessas reuniões teve lugar esta semana, dia 24.10. Aos olhos dos "velhos" de Luanda a situação é grave, mas não há (ainda) drama. Necessário será guardar a serenidade e a sensatez. Bem feitas as contas, os Mbandabanda de Luanda fizeram 8 viagens a Mbanza Kongo. enviaram várias cartas ao presidente da República. ao governo do Zaire aos dirigentes máximos do MPLA e a outras entidades políticas e ele direito, para receberem de volta apenas repúdio e silêncio. Comparado ao que acontecia no tempo do colono, os representantes elo povo kongo estão a ser tratados mais ou menos do mesmo modo, isto para não dizer que os Portugueses os tratavam com mais deferência. O mais triste é que por trás disto tudo sente-se a mão pesada do MPLA, que ignora as lições que a história dá.

Pouco tempo a seguir ã humilhação sofrida, no dia 30 de Maio, os Mbanda-banda enviaram uma outra carta ao governador Pedro Sebastião, informando-o que tinham a intenção ele se deslocar uma vez mais a Mbanza Kongo no dia 18 de Junho para proceder à escolha do rei. Segundo a nossa fonte em Mbanza Kongo. a resposta a essa missiva foi-lhes elaela pelo director provincial ela Educação, em nome do governo Provincial. por telefone, em forma ele ameaça que nela

tinha ele velada, assegurando aos "velhos" que, se por acaso fossem a Mbanza Kongo, seriam imediatamente recambiados à procedência, tal e qual como em 30 de Maio. Depois disto, todas as respostas às requisições dos dignitários do Lumbu elo Kongo se resumem num silêncio total. E os Mbanda-banda clamam:

"No dia 30 de Maio a delegação de Luanda foi sequestrada e expulsa de Mbanza Kongo". "Estamos proibidos de ir a Mbanza Kongo".

"Quem for imposto no trono sem o acordo do Lumbu é um autêntico candidato à morte segundo a tradição kikongo". "Os "velhos" estão dispostos a escolher o rei, preferem a morte a vergar e trair a tradição".

Estes são os ventos que os governantes ela província elo Zaire estão a semear. Para colher que tempestades?

4 ELEIÇÕES E EDUCAÇÃO CÍVICA

4.1 Data da eleições depende da agenda do presidente

A capital...01-10-06

A Comissão Interministerial para o Processo Eleitoral (CIPE) promoveu, na última quinta-feira, 28, um encontro com o corpo diplomático acreditado em Angola. Ao longo do meeting, o ministro da administração do território, Virgílio Fontes Pereira, respondeu a algumas questões de embaixadores. Mas foi a pergunta do embaixador italiano que suscitou a maior reacção. Questionado por este sobre se o registo eleitoral, a iniciar já em Novembro, próximo, diria respeito às eleições presidenciais ou legislativas, o governante angolano não soube responder ao certo a pergunta. Disse que, em princípio, o registo seria único, mas não conseguia dizer se as próximas eleições decorreriam em simultâneo ou separadas.

Outra pergunta, também de diplomatas, insistia numa definição da data exacta em que deverão ocorrer as eleições ao que, mais uma vez, o coordenador da CIPE foi evasivo. Sobre isto, Fontes Pereira reconheceu estar impossibilitado de fazer qualquer comentário por não ser um assunto da sua competência. «Isso depende do Presidente da República, e não sei qual é a agenda dele».

De qualquer modo, como quem procura corrigir o tiro, o ministro garantiu aos diplomatas que as eleições não deverão passar de 2007, deixando, entretanto, claro que o seu papel termina tão logo se conclua todo o registo de eleitores.

Na ocasião, Virgílio Fontes Pereira explicou que o encontro, de que participaram representantes do corpo diplomático e organismos afectos à ONU, servira para dar o ponto de situação sobre as questões relevantes do quadro da preparação do processo eleitoral.

Para este que foi o segundo encontro entre o CIPE e entidades diplomáticas, foram levantadas quatro anotações importantes, nomeadamente, a apresentação do novo calendário do registo eleitoral, bem como foram feitas considerações sobre a campanha de recrutamento, formação e seleção dos cidadãos que vão integrar as brigadas de registo, sendo os mesmos entidades executoras de todo o processo eleitoral. Um terceiro ponto esteve relacionado com a campanha de educação cívica, além de um último ponto que falou da organização da logística do processo eleitoral.

A este propósito, o governante angolano aproveitou para solicitar apoio aos embaixadores, salientando que

algumas organizações originárias de países representados em Angola poderiam ser usadas para esse fim. Todavia, esclareceu que qualquer apoio, sobretudo financeiro, terá de ser antes declarado à Assembleia Nacional por imposições legais.

Aos diplomatas, o responsável reconfirmou a data em que deverá iniciar o processo de registo eleitoral. Esta tarefa, de acordo com Fontes Pereira, vai arrancar já no próximo dia 15 de Novembro, sendo implementado em duas fases. A previsão é chegar, ao fim de Junho de 2007, com todo o trabalho concluído.

Para já, ficou claro que o processo não vai ser realizado em simultâneo para todo o país, pretendendo o Governo seleccionar algumas localidades que beneficiarão da atenção primordial dos brigadistas ora formados. «A estratégia do Governo aponta para não iniciarmos o registo de uma forma abrupta, de forma total no mesmo dia e em todas as localidades do nosso país porque não temos ainda neste momento capacidade para fazer e queremos evitar constrangimentos acrescidos na fase inicial do registo».

4.2 Governo cerca ONGs

Folha8...07-10-06

A desconfiança do Governo aumenta cada dia que passa ontra as organizações não governamentais nacionais e estrangeiras que durante o conflito armado ajudaram em termos da assistência alimentar e medicamentosa milhares de deslocados angolanos.

Com processo eleitoral a caminhar passos firmes, o Governo, resolveu virar as suas baterias contra estas organizações internacionais alegando estarem a imiscuir-se demais nos assuntos internos.

Na semana passada, o ministro da Administração do Território, Virgílio Fontes Pereira, denunciou que as organizações não governamentais nacionais já estão reféns a interesses estrangeiros.

O primeiro-ministro Fernando Dias dos Santos Nandó, na abertura da Campanha de Educação Cívica dia 03.10 reiterou a mesma posição, receando o registados de indivíduos que, nos termos da lei, não reúnem requisitos. Neste sentido defendeu que se desdobre a vigilância por formas a evitarem-se os eventuais riscos que possam viciar o mesmo processo.

Foi assim que pediu às autoridades tradicionais e religiosas a realizar um trabalho sério e responsável no âmbito das regras previstas neste processo. "O conteúdo da campanha de educação cívica dos potenciais eleitores seja uniforme em todo o território nacional, despartidarizado e em linguagem acessível para todas as populações", referiu. Segundo o primeiro-ministro, esta campanha deve ser levada a cabo obedecendo-se aos seus princípios gerais, com recurso às línguas nacionais e tidos em atenção o grau de

responsabilidade, imparcialidade, isenção, transparência e respeito do agente de educação cívica. "É necessário que todos os cidadãos se envolvam nesta campanha, para que haja uma participação massiva nas próximas eleições", frisou

4.3 Coiepa assegura participação de igrejas na educação cívica eleitoral

Angop...08-10-06

O secretário da Região Norte do Comité Inter-Eclesial para a Paz em Angola (Coiepa), Nsangu Róger, assegurou hoje, na província do Uíge, a participação das igrejas na Campanha de Educação Cívica para o Registo Eleitoral, aberta quinta-feira a nível local. Em declarações à Angop, disse que com o lançamento da campanha, a igreja, enquanto pacificadora de espíritos, é chamada a cumprir com o seu dever de sensibilizar os cristãos a afluírem os postos de registos. "Este é mais um momento para darmos a nossa contribuição nas tarefas da pátria, visando a consolidação da paz e da democracia", frisou. Nsangu Róger exortou os líderes das diversas confissões religiosas a esclarecerem aos fiéis sobre a importância do registo eleitoral, como acto pelo qual o cidadão poderá adquirir o estatuto de eleitor. Entretanto, o secretário para informação, mobilização e propaganda da FNLA no Uíge, Víctor António, garantiu igualmente que o partido vai mobilizar os seus militantes a participarem nesta tarefa importante na vida da nação.

4.4 Autoridades tradicionais vão ajudar na campanha de Educação Cívica Eleitoral

Angop...08-10-06

As autoridades tradicionais da província de Luanda manifestaram a disponibilidade em ajudar o Governo angolano na campanha de sensibilização da população para o processo eleitoral, por forma a dar maior realce as tarefas da implementação do pleito eleitoral. Esta disponibilidade foi manifesta em entrevista à Angop, à margem da cerimónia de lançamento da campanha de Educação Cívica para o Registo Eleitoral na província de Luanda, decorrida numa das salas de reuniões da Feira internacional de Luanda (Filda), sob orientação do governador da província de Luanda, Job Castelo Capapinha.

As autoridades destacaram a importância que a mesma terá e prometeram trabalhar com a população para a mudança das mentalidades, preparando as mentes para corresponder às expectativas de desenvolvimento e de

paz.

António Silva, soba da Samba, frisou que com o lançamento da campanha de educação cívica, chegou o momento para cada um exercer o seu dever através do registo eleitoral e posteriormente participar no pleito. Segundo disse, o registo passa pela informação e formação dos cidadãos. "Os municípios para manterem aos valores da sociedade e da democracia devem ter um perfil próprio"- disse. Miguel Francisco João, soba da ilha do Cabo, disse ser importante que a população faça o registo e cumpra com um dever que poderá mudar os destinos do país através do voto. "Temos um papel importante para mudar as mentes do cidadão para quando começar o registo previsto para Novembro todos possam participar dela"- referiu o soba.

Para Eva Vicente Pinto, da Igreja Metodista do Icolo Bengo, o engajamento da igreja após o lançamento da campanha será, doravante, trabalhar na mobilização dos crentes e mãe vendedora pra afluír aos postos de registo e poder exercer um dever patriótico. A cerimónia de lançamento da campanha nacional de Educação Cívica decorreu na pretérita terça-feira, no Palácio dos Congressos, nesta capital, sob a presidência do primeiro-ministro, Fernando da Piedade Dias dos Santos.

O período de Registo Eleitoral está programado para realizar-se de 15 de Novembro do corrente ano a 15 de Junho de 2007, com interregno de um mês para as festas da quadra natalina. A província de Luanda vai contar com 97 brigadas de Registo Eleitoral, envolvendo 800 elementos de ambos os sexos..

4.5 Seminário nacional sobre educação cívica eleitoral aberto hoje

Angope...09-10-06

Um seminário nacional sobre Educação Cívica para o registo eleitoral iniciou-se hoje, em Luanda, em sessão inaugural orientada pelo vice-ministro da Administração do Território, Edeltrudes Costa. Esta acção formativa enquadra-se na Campanha Nacional de Educação Cívica para o respectivo censo, lançada na semana passada, e visa capacitar os actores políticos e sociais da importância do registo e a necessidade de cultivar-se uma consciência democrática e cívica, tendo em conta o próximo escrutínio. Durante dois dias, os participantes vão abordar temas ligados ao "Papel das Eleições no Fortalecimento da Paz e da Democracia", "Desminagem, Processo Eleitoral" e o desempenho dos vários órgãos no Processo Eleitoral.

Na sua intervenção, Edeltrudes Costa adiantou que acções do género estão programadas para as 18 províncias, nos sentido de uniformizar conceitos e conteúdos das mensagens, entre outros aspectos correlacionados à preparação do pleito.

4.6 Governante apela FAA a mobilizar população para o registo eleitoral

Angop...09-10-06

O vice-governador de Benguela para a Área Técnica, Jorge Mussonguela, apelou hoje as Forças Armadas Angolanas (FAA) a participarem na Campanha de Educação Cívica para o Registo Eleitoral. O governante falava na cerimónia comemorativa do 15º aniversário da FAA, realizada na Zona Aérea Centro, Catumbela.

Para si, em função do papel das FAA na garantia da paz e tranquilidade do país, a sua actuação pode consolidar a confiança da população para a sua participação no registo e outras tarefas do processo eleitoral. A actividade contou com a presença do comandante da Região Sul, general Lucas Paulo Kananay, e altos oficiais dos três ramos das FAA, Exército, Marinha de Guerra e Força Aérea. Emanadas dos Acordos de Paz de Bicesse (Portugal), rubricados a 31 de Maio de 1991, as FAA resultaram da unificação de efectivos das então Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA), governamentais, e dos antigos guerrilheiros da Unita..

4.7 PRS apela militantes a aderirem à campanha para o Registo Eleitoral

Angop...09-10-06

A secretária provincial do Partido de Renovação Social (PRS) no Kwanza Sul, Isabel da Silva, apelou hoje os seus militantes a aderirem à Campanha de Educação Cívica para o Registo Eleitoral. Em declarações à Angop, Isabel da Silva adiantou que o seu partido vai se engajar neste tarefa, enquanto interveniente no processo eleitoral. Realçou a importância do registo eleitoral enquanto condição indispensável para o exercício do voto. Acrescentou que o seu partido está preparado para concorrer às próximas eleições.

4.8 EISA promove conferência sobre o papel das eleições na promoção da democracia

Angop...10-10-06

O papel das eleições na promoção da democracia e no fortalecimento da paz e reconciliação nacional subordina uma conferência, hoje e quarta-feira, em Ondjiva, província do Cunene, numa promoção do Instituto Eleitoral da África Austral (EISA) em Angola. A realização do evento enquadra-se no programa geral do EISA-Angola, virado para o reforço da assistência técnica aos sectores eleitorais nacionais, na perspectiva de expandir o debate sobre questões eleitorais a todo país, envolvendo os governos locais, representantes de partidos políticos e organizações da sociedade civil, além de autoridades tradicionais. A iniciativa tem ainda por objectivo dotar os participantes de conhecimentos sobre a legislação eleitoral existente, buscando um envolvimento pró-activo dos diferentes intervenientes no processo, contribuir para a promoção dos valores cívicos e a prevenção de conflitos associados as eleições, bem como o reforço da confiança e do intercâmbio entre os diferentes actores eleitorais. A conferência destina-se a membros do governo, Comissão Provincial Eleitoral, da sociedade civil, partidos políticos e autoridades tradicionais. As palestras serão dissertadas por deputados a Assembleia Nacional, especialistas da SADC, bem como outras personalidades.

Trata-se de um primeiro evento do género promovido pelo EISA na província.

4.9 Seminário sobre educação cívica para o registo eleitoral encerra hoje

Angop...10-10-06

O Seminário Nacional de Educação Cívica para o Registo Eleitoral, visando a capacitação dos actores políticos e sociais sobre a importância do registo e a necessidade de cultivar-se uma consciência democrática e cívica, encerra hoje, em Luanda. O seminário foi aberto segunda-feira, pelo vice-ministro da Administração do Território, Edeltrudes Costa.

Antes do termino haverá o debate do tema, o papel das autoridades tradicionais e a educação cívica eleitoral. O papel da Mídia na Educação Cívica da Mulher e das Empresas será outro assunto a ser discutido no último dia.

Segunda-feira, falou-se do papel das eleições no fortalecimento da paz e da democracia, a desminagem e o processo eleitoral, entre outros.

A formação enquadra-se na Campanha Nacional de Educação Cívica para o registo eleitoral, lançada na última semana pelo Governo.

4.10 Bispo apela sociedade a engajar-se na educação cívica

Angop...09-10-06

O bispo da Diocese Católica de Menongue, Quando Kubango, Dom Mário Lukunde, apelou no último fim de semana, os fiéis a empenharem-se na campanha de educação cívica para o registo eleitoral, com vista a se atingir os resultados esperados nas próximas eleições. O prelado, que falava numa missa realizada na Sé Catedral, disse que os cristãos deve unir-se nesta nobre missão para a consolidação da paz e da democracia. "Todos somos chamados a participar activamente nesta campanha, sensibilizando a população sobre a importância do registo e do pleito eleitoral", disse. Segundo ele, a mobilização deve ser levada a cabo de forma responsável porque é uma etapa essencial para a êxito das eleições..

4.11 "Partidos políticos são mais do que as mães!"

O Independente...14-10-06

O excessivo número de partidos políticos em Angola é um fenómeno espelhado nas acentuadas rugas de preocupação das autoridades angolanas. "Eles são mais do que as mães à porta da maternidade", comentam alguns observadores políticos.

A exagerada quantidade de "partidecos" (como os chamaria o falecido Jonas Savimbi) é algo que também atormenta o presidente da Comissão Nacional Eleitoral (CNE), António Caetano de Sousa, que expressou esse sentimento na abertura do Seminário Nacional de Educação Cívica Para o Registo Eleitoral.

Tido como muito reservado em termos de opinião, Caetano de Sousa desta vez não se conteve e foi dizendo: "Angola não irá a lado algum com um número elevado de partidos políticos", tendo em conta que a maior parte deles "não tem onde cair morto", sendo remotas as hipóteses de não ter assento parlamentar depois das próximas eleições.

No entanto, Caetano de Sousa não desprezou o papel desses considerados "partidecos". Muito pelo contrário, convidou-os a enveredarem pela via da coligação, sobretudo os partidos sem assento parlamentar, como melhor solução para a diminuição do seu número e da sua sobrevivência.

Segundo a visão daquele jurista, que caprichava no tema "O Papel das Eleições no Fortalecimento da Paz e

da Democracia", a existência dos mais de cem partidos políticos "não garante, por si só, a democracia no país, daí o facto de as leis Constitucional e Eleitoral preverem a possibilidade de alianças entre organizações com os mesmos ideais políticos."

A seu ver, "não vamos a lado algum com um número elevado de partidos, pois todos não teriam lugar na Assembleia Nacional." Por outro lado, de acordo com o jurista, "não há tantas ideologias políticas que justifiquem tantos partidos, pelo que juntar muitos num só é uma saída para resolver o problema."

Caetano de Sousa, que também foi presidente da CNE nas eleições de 1992, fez questão de lembrar que, naquela altura, oito organizações partidárias fundiram-se e criaram a então AD-Coligação, com a qual conseguiram um assento legítimo no Parlamento que se prolonga até hoje.

De acordo com a leitura de Caetano de Sousa, qualquer pessoa pode criar um partido político, segundo a lei, "mas na actual configuração da Assembléia Nacional, o número de assentos é feito na base de uma envolvente nacional." Por outro lado, "se formos às eleições com um limite de 300 partidos, em que Assembleia vão ter assento? Não caberiam todos!" Entretanto, a "inflação" de partidos políticos não impediu o coordenador da Comissão Provincial Eleitoral de Luanda, Agostinho Miguel Lima, de os chamar à atenção para participarem activamente na educação cívica para o registo eleitoral, com início previsto para o dia 15 de Novembro.

Segundo o seu raciocínio, "os partidos são actores natos do processo de educação cívica para o registo eleitoral", devendo participar nos seminários ou acções formativas destinadas a motivar as pessoas, "garantindo-lhes que o processo é irreversível, sem possibilidade de nova guerra".

O professor universitário e analista político Mário Pinto de Andrade disse corroborar do discurso de Caetano de Sousa, mas sugere que, no fim de cada pleito eleitoral, toda a formação política que não tenha conseguido obter um assento parlamentar seja extinto. Admitiu não haver dúvidas de que a Assembleia Nacional possa, futuramente, aprovar uma lei que regule o crescimento desenfreado de formações políticas sem vitalidade, devendo optar a experiência de certos países que "eliminam" da cena política todos partidos que, tendo participado numa eleição, não tenham obtido votos que os possam garantir um assento na Assembleia Nacional. Em reacção ao discurso do Presidente da Comissão Nacional Eleitoral, o secretário executivo dos partidos da oposição civil (POC), coligação de 13 formações políticas, diz ter acatado o conselho e acredita que a agremiação de partidos que dirige vai no futuro breve evoluir para a fusão.

A ideia é também partilhada pelo Conselho Político da Oposição (CPO), coligação de seis partidos políticos.

Anastácio Finda afirmou que o projecto da fusão dos partidos que compõem a coligação que dirige já está em forja.

4.12 «o Governo começa a perder credibilidade internacional»

A Capital...14-10-06

Em Portugal, onde se encontra e aproveitou para lançar o seu primeiro livro «Memórias de Um Guerrilheiro», o líder da bancada parlamentar da UNITA, Alcides Sakala, não deixou de dar entrevistas sobre o que ele entende ser o estado da nação.

Ao Diário de Notícias, uma publicação lusa habitualmente avessa ao regime de José Eduardo dos Santos, Sakala questionou os horizontes que habitualmente têm sido levantados para a realização das segundas eleições multipartidárias de Angola.

Adiadas há 14 anos, pelo menos na opinião de Alcides Sakala o país não terá eleições em 2007, como insistem alguns círculos do poder. O horizonte 2008, segundo o político, está também corrompido. Eis o que ele disse na entrevista que concedeu ao Diário de Notícias: «Não, Não (não vamos ter eleições em 2007) ... E a avaliar pelo ritmo de preparação destas eleições também não sabemos se será em 2008».

Mais do que simples opinião, a entrevista de Sakala sugeriu a constatação de que quer, da parte do Governo, subordinar as eleições ao calendário da reconstrução e de outros compromissos internacionais em que Angola estará futuramente envolvida.

O processo de reconstrução em curso e a organização do Campeonato Africano das Nações em futebol poderão empurrar as eleições para lá de 2010. «Já começou a circular esta ideia de que isso pode condicionar as eleições», insistiu o político.

Mas quem perderá com isso será, sobretudo, o Governo. Sakala assim o entende por considerar haver um contínuo descrédito internacional ao Governo angolano. Ele diz ter ficado com essa impressão depois de uma viagem aos Estados Unidos da América (EUA). Lá fora, as promessas do Presidente da República começam a ser postas em causa. «Absolutamente! É por isso que dizemos que o Governo angolano corre sérios riscos de ser tido como mentiroso em certos círculos internacionais, o que seria muito mau».

«De quem seria a responsabilidade?», questionou o jornalista. «Quem decide agora é o Presidente da República. É ele que tem de fixar uma data para as eleições», respondeu Aleides Sakala.

Aleides Sakala disse entender que alguns passos, em torno das eleições, não são muito transparentes, de tal forma que o Presidente da República vai dando «a ideia de que o MPLA está em dificuldades e de que

chegaram à conclusão de que, afinal, o MPLA pode perder»,

«Eles tentam ganhar tempo», explicou.

4.13 Cidadania e Civismo eleitoral

Cruseiro do Sul...14-10-06

A campanha de educação cívica aberta a 7/10, está a ser reportado pela opinião pública de Benguela como sendo um instrumento fundamental de cidadania e de criação de atitudes que deverão facilitar o registo eleitoral para que o cidadão sinta respeitados os seus direitos constitucionalmente consagrados.

Várias vozes formadoras de opinião pública local acreditam que a campanha de educação cívica é um bom sinal há muito esperado pela sociedade. O Vigário da Diocese de Benguela Pe Eduardo Alexandre, ela é de extrema importância por isso é que a abertura envolveu todos os segmentos da sociedade civil sob coordenação do Governo. Estabelecendo uma comparação com o processo de eleitoral de 1992, o Vigário referiu: "nós temos que ser optimista. Não vamos logo rezar pelos pontos negativos. Tanto vós a mídia como a população em geral, vamos criar uma corrente positiva para que realmente tudo corra bem".

O sacerdote realçou a expectativa generalizada a volta do processo para que o país assuma em definitivo o trilho de paz e desenvolvimento. "Nós precisamos de ter atitudes concertados e unificados", concluiu.

o Secretário Assistente para assuntos políticos da UNITA Abílio Laurentino Canderas, confirmou a satisfação do seu partido face a expectativa que reinava. "Este pontapé de saída vai dar uma nova esperança ao povo

António João é o Soba do bairro do Calongoloti para quem as eleições dão respeito e proporcionam mudança. Ele disse ao CS que as autoridades tradicionais estão motivadas em desenvolver este trabalho. "Queremos eleições mas não queremos aquilo que aconteceu em 1992. "Se perdeu espera a tua vez", concluiu a autoridade.

Tem acesso ao registo eleitoral todos os cidadãos angolanos maiores de 18 anos. Para tal deverão apresentar o BI, Carta de Condução, Passaporte Nacional, Passaporte Militar, etc. Os cidadãos desprovidos de qualquer documentação deverão apresentar-se com dois testemunhos do bairro ou professores da escola desde que sejam conhecidos.

4.14 Registo Eleitoral

Jornal de Angola...19-10-06

Sob os auspícios da Comissão Inter-ministerial para o Processo Eleitoral (CIPE), foi lançado, a 3 de Outubro, em todo país, a Campanha Nacional de Educação Cívica para o Registo Eleitoral, um acto que representa um passo decisivo na execução das tarefas eleitorais, pelo papel sensibilizador que encerra. O início do registo eleitoral está apazado para 15 de Novembro próximo, decorrendo o período normal até 15 de Junho de 2007. Questão: qual é a importância que atribui ao Registo Eleitoral?

Kediamoseco Júnior,funcionário público

Na minha opinião, o registo eleitoral tem uma grande importância, uma vez que este processo vai permitir que todos os cidadãos, através do registo, exerçam o seu direito de voto.

Rafael Neto,funcionário público

Este é um processo importante em qualquer país que segue a via da democracia, porque permite aos cidadãos votarem para escolherem os seus representantes no Parlamento e não só.

Manuel David,estudante

No meu ponto de vista, o registo eleitoral é uma etapa supra importante para um país que se prepara para escolher os seus representantes através do exercício do voto, que é um dos principais direitos de cidadania.

Marcos André, marinheiro

Penso que o registo eleitoral tem grande importância, porque vai permitir que todos os cidadãos que se registarem, naturalmente, possam exercer o seu direito de voto. Desta forma, ganhamos todos – o cidadão, o país e a democracia.

Salomão Januário,funcionário público

Para mim, o registo eleitoral é importante, não só porque vai permitir às pessoas votarem, como também proporcionar às entidades competentes o número real das pessoas que vão exercer este direito, que é fundamental para a democracia.

Francisco Fernandes,funcionário público

O registo eleitoral tem grande importância, porque, por um lado, é através dele que as pessoas estarão em condições de votar, e, por outro, as autoridades podem determinar com exactidão o número de cidadãos que vão exercer este direito.

Guilherme Katolo,funcionário público

Em qualquer democracia, é normal que as pessoas se registarem antes de exercerem o direito de voto, porque sem o registo ninguém está habilitado a votar. Portanto, se quisermos escolher os nossos representantes, através do voto, temos que nos registar primeiro.

Diógenes Calei,estudante

O registo eleitoral é um dos passos fundamentais para a realização de eleições em qualquer parte do mundo. Ou seja, sem registo eleitoral não há eleições. Por esta

razão, devemos todos nos engajar para o êxito deste processo.

4.15 Mulheres propõem agenda nacional de consenso para questões de género

Angop...20-10-06

As participantes na Conferência Internacional sobre a Participação da Mulher na Vida Política defenderam quinta-feira, em Luanda, a criação de uma agenda nacional de consenso para as questões de equilíbrio de género e promoção da camada feminina. O facto foi dado a conhecer pela oficial de programas dos Escritórios para os Direitos Humanos das Nações Unidas, Eneida Martins, quando falava numa conferência de imprensa, que marcou o encerramento do referido fórum.

Este documento, de acordo com Eneida Martins, vai trazer a público todos os problemas que afectam a mulher para sensibilizar e consciencializar a sociedade para a necessidade de haver uma plena participação feminina.

"A participação da mulher é uma condição para o desenvolvimento. É uma questão de direitos humanos. Não há progresso com a exclusão de um grupo social", sublinhou durante a conferência de imprensa. A oficial da ONU defendeu também a necessidade de haver um mecanismo de acompanhamento dos instrumentos internacionais e regionais que protejam a plena participação da mulher na esfera política, económica e social.

De acordo com ela, apesar dos esforços assumidos para se ajustar o quadro legal interno aos compromissos internacionais, Angola continua a enfrentar algumas dificuldades para a materialização de iniciativas para a integração do género.

Destinado à promoção da participação da mulher em todos os sectores da sociedade, o fórum esteve dividido em cinco painéis: "A Participação da Mulher na vida Política em Angola", "A Capacitação Política da Mulher", "A Participação das Mulheres nos Processos Eleitorais", "O Envolvimento da Mulher no Processo de Paz e Reconciliação Nacional" e "Experiência de trabalho em redes".

A conferência, que decorria desde terça-feira no Complexo do Futungo II, em Luanda, reuniu representantes de países com boas referências em termos da participação da mulher na vida política como a África do Sul, Rwanda, Moçambique, Colómbia, Espanha e Brasil. Faz parte do projecto "Reforço da Participação da Mulher na Vida Pública", promovido pela Ong nórdica Ajuda Popular da Noruega (APN), desde Outubro de 2005, em parceria com os Escritórios dos Direitos

Humanos das Nações Unidas. O projecto está a ser desenvolvido em cinco províncias do país e inclui acções de formação e troca de experiências com organização internacionais..

4.16 Tratamento do dossier eleições na madia

Semanario Angolense...21-10-06

A tendência informativa dos órgãos de Comunicação Social angolanos em matéria de eleições subiu nos meses de Agosto e Setembro em 2,24 por cento, se comparados aos anteriores números, que fixavam a abordagem em 9,64%. Contribuiu para esse relativo crescimento o mês de Setembro, quer atrelado às realizações do Governo, aguçou o interesse da maioria dos órgãos de informação, ao trazerem a público mais de trezentas notícias sobre as eleições, das 517 veiculadas nos dois meses.

Os órgãos públicos (ANGOP- 60,8%, Jornal de Angola – 14,54%, RNA – 9,03% e TPA - 5,48%) dedicaram largos espaços às questões eleitorais, tomando como base toda a informação passada pelas estruturas criadas para organizar todo o processo em torno das segundas eleições gerais na história angolana. No cruzamento de fontes, o Jornal de Angola foi o órgão público que melhor serviu os diversos leitores conforme facilmente se pode ler no gráfico «Fonte Partidária» (grafico 2)"ver ultima pag."

Na imprensa alternativa, vulgarmente conhecida por «Imprensa Privada», o aguardado segundo pleito eleitoral na história de Angola levantou acesos debates, ao ponto de todos dedicarem longos espaços informativos. Com vários títulos de capar que trouxeram a público muitas das questões de fundo sobre o processo eleitoral anterior, quer para muitos, faziam já parte do passado.

O renascer da imprensa alternativa, fez superar a hegemonia noticiosa da agência de informação nacional, Angola Press - ANGOP (1ª na Classificação anterior), ocupando os três primeiros lugares, com vantajoso percentual (Cruzeiro do Sul - 100%, Jornal Angolense - 94,44% e A CAPITAL - 85,29%).

O semanário Cruzeiro do Sul aparece pela primeira vez nesta avaliação e, curiosamente, surpreende pela positiva, ao ocupar o primeiro posto na tabela classificativa geral, por produzir 21 matérias sobre eleições, dos 21 títulos de capa contabilizados. Muito perto do Cruzeiro do Sul está o semanário A CAPITAL, que foi o primeiro classificado no levantamento do mês de Agosto (95,23%), superando a tendência negativa dos dois meses anteriores, que rondava menos de 40%.

Apesar do percentual fornecido, na apreciação global pode-se garantir um lugar vantajoso para o Jornal

Angolense, porque na soma isolada conseguiu reunir um percentual individual (78,57% em Agosto e 104,5% em Setembro), que retira a vantagem do Cruzeiro do Sul, que somou em Setembro 100%. Deve-se sublinhar, que não foi checado o desempenho do Cruzeiro do Sul em Agosto, por factores organizativos.

Com fraco desempenho estão as emissoras da RNA em Cabinda (0,78%) e Benguela (1,69%) e a rádio independente «Comercial de Cabinda» (1,96%). As duas primeiras são influenciadas pela tendência da tutora Rádio Nacional de Angola (RNA), que dificilmente levanta nos seus principais noticiários (6H00, 7H00, 13H00 e 20H00) matérias relacionadas com as eleições. Na classificação anterior a RNA conseguiu 14,11 % e desta vez desceu para menos de 7%.

O pouco interesse em falar sobre as eleições nos principais serviços noticiosos falados dos meios públicos, não só afecta a Rádio Nacional de Angola. Surpreendeu também pela positiva a Televisão Pública de Angola que conseguiu superar a sua classificação anterior (3,81%) com uma curta diferença de 1,67 por cento. O TELEJORNAL - serviço noticioso central às 20H30 é o pulmão desta avaliação.

No grosso, com menos de 10% na abordagem dos assuntos relacionados com as eleições em Angola, além dos órgãos já referidos, estão a TPA Cabinda (2,12%), TPA Benguela (4,34%), RNA Huíla (4,43%), RNA Uíje (4,48%), Rádio 2000 - Huíla (5,21 %), RNA Huambo (6,12%) e a Rádio Morena - Benguela (8,77%). Os órgãos de Comunicação Social referidos com menos de dez por cento, representam 48% do conjunto de meios de informação que são monitorados pela Open Society. De frisar que a presente observação do desempenho dos órgãos de Comunicação Social angolanos em matéria de eleições, reflectidos nos dois gráficos, no período de 01 de Agosto a 30 de Setembro de 2006, teve como fonte os principais noticiários das estações de rádio (estatal e independentes) das províncias abrangidas neste projecto e alguns jornais editados na República de Angola, com destaque para os que apresentam regularidade na sua tiragem.

Nesta segunda avaliação, raros foram raros os serviços noticiosos não checados, por dificuldades organizacionais, porém, os actuais dados dão uma precisão real de 96 por cento daquilo que foi informado nas rádios, na televisão, na agência noticiosa ANGOP, bem como nos jornais independentes e no único diário do país - o Jornal de Angola.

No período em avaliação, o material informativo dos órgãos públicos procurou mais estabelecer parceria com as acções que o governo realizou pelo país e teve como fonte principal o Ministério da Administração do Território, o Conselho Nacional de Eleições e a Comissão Intersectorial para o Processo Eleitoral (CIPE) e respectivas dependências provinciais.

O Jornal Angolense, com 94,44 por cento, foi o meio de comunicação escrito que mais ênfase deu aos argumentos dos partidos políticos e da sociedade civil. Porém, todo o material noticioso da Comunicação Social independente procurou encaixar perfeitamente todos os intervenientes no processo eleitoral - governo, partidos e sociedade - e procurou sempre contextualizar os factos.

Apesar do esforço positivo dos meios de comunicação impressos sob observação, há a registar o pouco destaque, nas matérias de capa dos jornais. Notou-se, desta vez, uma crescente abordagem, mas todos continuam a falar de eleições de forma secundária. A rádio Eccfésia é o meio de comunicação que mais produziu manchetes sobre eleições, na abertura dos seus serviços noticiosos (7H00, 12H00 e 18H30).

Na classificação geral dos meios de informação que abriram seus noticiários sobre as eleições, aparece no primeiro plano a Rádio Ecclésia, com 22 manchetes. Apesar de sua classificação estar longe das expectativas (10,72%), a Rádio Ecclésia mantém um programa que, durante uma hora, semanalmente, levanta debates à volta das próximas eleições gerais em Angola.

Concorrem com a emissora Católica, a TPA com 21 destaques, as rádios Luanda Antena Comercial (LAc) a 2000, na Huíla, com 18 manchetes e o Jornal de Angola com 14 títulos de capa. Resumidamente, todos os órgãos produziram em 61 dias 4350 destaques noticiosos, dos quais apenas 168 foram sobre as eleições, o que representa 11,88 por cento do interesse da Comunicação Social na abordagem de questões relacionadas com as próximas eleições gerais em Angola

5 EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E CRIANÇA

5.1 ONG disponibiliza mais de um milhão de USD em benefício de crianças

Angop...04-10-06

Um milhão e quatrocentos mil dólares americanos serão investidos pela organização não governamental Christian Childrens Fund (CCF) na construção de dois centros de acolhimento nos bairros da Lalula e Bula Matadi, arredores da cidade do Lubango. A informação foi prestada hoje à Angop pela directora executiva dessa Ong, Ana Carvalho, que disse que este projecto vai beneficiar cinco mil crianças e está inserido no Programa Infantil Comunitário (PIC), visando diminuir a carência destas famílias já identificadas nestas comunidades. Numa primeira fase, segundo disse, beneficiará duas mil crianças incluindo alguns idosos sem recursos físicos para exercer a sua actividade laboral. Na província da Huíla existem quatro PIC's, construídos este ano dentro do programa de investimentos públicos do governo..

5.2 PNUD e ONG canadiana abrem telecentro comunitário em Malanje

Angop...04-10-06

Um centro comunitário de acesso à internet será inaugurado, este mês, na província de Malanje, para formação e apoio à comunidade e organizações sociais na troca de informações com parceiros locais e internacionais, no âmbito do projecto de desenvolvimento de redes comunitárias para influenciar o progresso local de Angola (Angonet). De acordo com uma fonte do PNUD, a instalação terá sete computadores, impressora, scanner, fotocopiadora, dois servidores de internet e uma antena VSAT para a recepção do sinal via satélite, e vai funcionar como uma rede com conteúdo próprio. Além das províncias de Malanje, do Huambo e de Luanda, onde já foram abertos os centros, o projecto vai abranger Cabinda, Bié, Zaire e Uíge. O Angonet é um projecto promovido pela ong canadiana Development Workshop (DW) e visa apoiar a comunicação e a disseminação da troca de informação nas organizações da sociedade civil directamente envolvidas em actividades de

carácter humanitário, reconstrução pós-guerra e que tenham por objectivo primário o desenvolvimento humano.

O projecto vai contribuir para o fortalecimento das estratégias de aplicação tecnológica na redução da pobreza, promover uma geração de partilha de conhecimentos e desenvolver o conteúdo local. O programa representa a continuação e expansão das actividades de um projecto original iniciado em 1989. Desde 1994, colabora com o programa Redes de Desenvolvimento Sustentáveis do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A parceria com o PNUD permitiu a expansão do projecto em sete províncias do país, das quais Luanda, Huambo, Malanje, Cabinda, Zaire, Bié e Uíge e fornecer recursos técnicos para ONG nacionais e estrangeiras, com o objectivo de aumentar a capacidade delas e proporcionar acesso à Internet às comunidades e autoridades locais, através da melhoria das comunicações e troca de informação. O primeiro centro foi inaugurado nas instalações da Unidade Técnica de Coordenação de Ajudas Humanitárias (UTCAH) e o segundo no Huambo, nas instalações da DW.

5.3 População participa na construção de escolas primárias em Calenga

Angop..09-10-06

Cinco escolas primárias construídas de adobe e cobertas com chapas de zinco foram erguidas no decorrer deste ano pela população das várias aldeias da comuna de Calenga, 33 quilómetros da cidade do Huambo.

A construção das escolas, com três salas de aulas cada, contou com apoio material da administração local e visa reduzir o risco que as crianças correm ao estudarem ao ar livre e outros lugares inadequados, informou hoje à Angop o administrador da comuna da Calenga, Samuel Tima.

Segundo ele, outra escola, também com três salas, localizada na sede da comuna, está a beneficiar de obras de reabilitação com apoio do Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF), em parceria com o Governo local.

Samuel Tima considera haver nas comunidades carência de infra-estruturas escolares, tendo em conta o elevado número de crianças em idade escolar. Informou haver cerca de 1.435 crianças fora do sistema normal de ensino na comuna da Calenga no ano lectivo prestes a terminar por falta de escolar e professores, acrescentando que a construção destas escolas permitirá o ingresso de 1.300 crianças..

5.4 Campanha incentiva poupança das crianças

Folha8...14-10-06

O incentivo a uma pequena ou pança das crianças angolanas é o objectivo da campanha "O meu porquinho", lançada em Luanda pelo Novo Banco, instituição vocacionada para famílias de baixos rendimentos, e financiada pelo Banco Mundial.

A campanha, que decorre até ao final do ano, abrange cerca de 2.000 crianças dos seis aos dez anos, que frequentam 21 escolas primárias seleccionadas das cidades de Luanda e Benguela, as duas mais importantes de Angola, país em que a esmagadora maioria da população vive abaixo do limiar da pobreza (dois dólares por dia). "Esta campanha pretende criar nas crianças o gosto pela poupança, transmitindo também aos pais uma mensagem' sobre a importância de poupar dinheiro", afirmou Stefan Wolff, director-geral do Novo Banco.

Para participarem na campanha, as crianças das escolas seleccionadas devem abrir uma conta bancária com um depósito de 80 Kwanzas (cerca de um dólar), recebendo em troca um mealheiro com a forma de parquinho, onde devem colocar as suas poupanças.

No final da campanha, em Dezembro, as crianças que conseguirem poupar mais de 800 Kwanzas (cerca de dez dólares), recebem um bónus de 160 Kwanzas (cerca de 1,2 dólares), além dos juros da conta bancária. O Novo Banco é uma instituição vocacionada para pequenos empresários e famílias de baixos rendimentos que iniciou a sua actividade em Angola em Agosto de 2004. Actualmente, esta instituição bancária, que tem duas agências em Luanda e uma em Benguela, possui cerca de 19 mil clientes, tendo já atribuído oito milhões de dólares em créditos.

O Novo Banco, cujos produtos de crédito têm vindo a ser desenvolvidos nos últimos 15 anos em vários países da América Latina, África e Europa de Leste, tem como principal característica a flexibilidade dos requisitos exigidos como garantia para os empréstimos, adaptando-se à situação específica de cada cliente.

A instituição disponibiliza também serviços como depósitos a prazo, troca de moeda, transferências bancárias e cheques, apresentando ainda como característica o facto de não cobrar qualquer valor pela abertura de contas correntes e de não exigir depósito mínimo.

O Novo Banco pertence a um grupo de accionistas internacionais, entre os quais a Sociedade Financeira Internacional, do Grupo Banco Mundial, o Banco de Desenvolvimento Belga e a petrolífera norte-americana Chevron/Texaco.

5.5 Criada rede de promoção dos direitos da criança

Jornal de Angola...16-10-06

A direcção provincial do Instituto Nacional da Criança (INAC) do Kwanza-Norte vai criar uma rede para proteger e promover os direitos da criança.

De acordo com um documento que o "JA" teve acesso, a rede vai ser constituída por 47 membros. Para dinamizar a iniciativa, os membros estão arrumados em grupos, nomeadamente da saúde, educação, reintegração social e, de advocacia.

A direcção do INAC na província delineou já as linhas de actuação, onde se destaca, por exemplo, o processo de restauração e fortalecimento dos mecanismos integrados da família.

Dos vários membros que compõem a rede a ser criada pelo INAC, fazem parte, também, as delegações dos órgãos de comunicação social.

O documento faz menção, por outro lado, ao estado actual do ensino na província do Kwanza-Norte, que deixou de fora, neste ano lectivo, mil e 420 crianças. O INAC promete reforçar, desta maneira, a sua acção para melhorar a assistência médico medicamentosa, o internamento, que nas unidades hospitalares regista por cama mais de uma criança. Entretanto, o mau comportamento de enfermeiros, na pediatria e maternidade provincial, e o mau comportamento de alguns professores vão igualmente ser combatidos, reza ainda o documento.

Com efeito, dos 66 mil e 448 alunos matriculados no neste ano lectivo, 17 mil e 893 reprovaram, enquanto que nove mil e 710 desistiram.

5.6 PNUD e universidades angolanas assinam acordo de cooperação

Jornal de Angola...19-10-06

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e as universidades Agostinho Neto, Católica, Jean Piaget e Lusíadas de Angola assinaram ontem, na sede da instituição da ONU, em Luanda, memorandos de entendimento para estimular o intercâmbio científico entre ambas as instituições.

Segundo uma nota de imprensa chegada à Angop, os acordos estão direccionados à oferta de um programa de estágios e apoio na elaboração de teses aos melhores estudantes finalistas das universidades nas áreas estratégicas de intervenção em Angola. O acordo surge num momento em que se comemora a Semana internacional de combate à pobreza, iniciada terça-feira.

Consta ainda dos propósitos, a facilitação de estágios

com outras agências do sistema das Nações Unidas em Angola, organização conjunta de programas de investigação e pesquisas, seminários, conferências, simpósios, debates e jornadas científicas. O lançamento conjunto de relatórios produzidos e/ou patrocinados pelo PNUD e pelas universidades, colaboração na área da investigação científica em sectores relacionados com os objectivos de desenvolvimento do milénio e o desenvolvimento humano sustentado são também pretensões das cinco instituições. O documento acrescenta ainda que se pretende, igualmente, com este gesto, a integração dos docentes e/ou corpo directivo das universidades no Comité de Direcção dos Relatórios Nacionais de Desenvolvimento Humano e a permuta de dados, material técnico-científico didáctico e informativo e de publicações e literatura consideradas de interesse mútuo, bem como a promoção de colaboração com organizações da sociedade civil.

5.7 Relatório da ONU sobre a violência contra crianças será apresentado

Angop...19-10-06

A directora do Instituto Nacional da Criança (INAC), Eufrazina Maiato, procederá segunda-feira, em Luanda, ao lançamento do relatório das Nações Unidas sobre a violência contra as crianças.

O lançamento deste relatório, a decorrer na Assembleia Nacional, segundo uma nota de imprensa do Unicef chegada à Angop, é fruto do estudo, realizado por Paulo Sérgio Pinheiro, especialista independente designado pelo Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan. "Este trabalho de Paulo Sérgio Pinheiro, feito de acordo com a resolução 57/90 de 2002 da Assembleia Geral da ONU, apresenta uma visão global da violência contra crianças, propondo recomendações para se prevenir e lidar-se com essa questão", refere a nota

5.8 ONU recomenda protecção urgente às crianças

Jornal de Angola...24-10-06

A Violência sobre a criança perpetua a pobreza, dá azo ao analfabetismo e à morte precoce, o que deve ser urgentemente revisto para a reversão do quadro, disse ontem, em Luanda, a directora do Instituto Nacional da Criança (INAC), Eufrazina Maiato.

A directora do Inac, que fazia a leitura do "relatório de estado das Nações Unidas, sobre violência na criança", acrescentou que a situação actual do país é extremamente grave.

A responsável revelou ainda que, actualmente, no país, está a ser levada a cabo uma consulta para actualizar o Código Penal, com medidas rígidas contra os agressores.

Os documentos elaborado pelo especialista independente das Nações Unidas, Paulo Sérgio Pinheiro, com uma visão global da violência, foi realizado através de um estudo participativo.

No documento, o especialista defende que nenhum tipo de violência contra a criança é justificável, salientando ainda que existe em todos os países do mundo este mal, que deve ser combatido.

Para si, esse estudo deve caracterizar numa viragem no combate à violência contra a criança, e não a elaboração de um documento similar. Para que a meta seja alcançada é necessário mudar a mentalidade das sociedades e as condições económicas e sociais subjacentes, que provocam essa agressão.

Os petizes devem ser protegidos urgentemente, pois têm sofrido actos de violência por parte dos adultos que nunca tinham sido registados.

O estudo refere que as crianças mais novas correm um risco maior de sofrer violência física, enquanto a sexual predomina entre as que chegaram à puberdade ou à adolescência. Os rapazes estão mais expostos à violência física do que as meninas.

"Ao expormos muitas questões relacionadas às crianças que sofrem violência, percebemos que os nossos esforços fazem parte de uma luta mundial maior pela garantia dos direitos humanos, apelam a tratarem as crianças de acordo com os valores fundamentais da dignidade humana", frisou.

Paulo Pinheiro recomenda o fortalecimento do compromisso e de medidas nacionais e locais, a proibição de todas as formas de violência contra a criança, priorização da prevenção, melhor prestação de serviços de reabilitação e reintegração social, entre outros.

6 TERRA, HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO

6.1 Técnicos do IGCA analisam aplicação da lei de terras

Jornal de Angola...01-10-06

Quarenta técnicos do Instituto Geográfico e Cadastral de Angola (IGCA) terminaram recentemente o primeiro seminário metodológico sobre a "Aplicação da Lei de terras e o regulamento de concessão de terrenos. De acordo com Domingos Samuel, chefe do Departamento de Cadastro do IGCA, a acção teve como objectivo dotar técnicos das 18 províncias do país de conhecimentos sobre a Lei de terras. Segundo o responsável, o novo diploma é mais abrangente e actuante. Ele considera necessário que se realizem mais acções do género.

6.2 Construída sob a "desgraça" dos moradores da Boavista

Agora..07-10-06

Um grupo de moradores que vivia nas montanhas do bairro da Boavista e que foram transferidos nesta quarta-feira, 20, para a comuna do Zango pelo Governo Provincial de Luanda (GPL) estão a abandonar as novas residências.

Os moradores dizem que foram obrigados pelos funcionários da fiscalização do GPL que estavam a demolir as casas, a abandonarem-nas e a aceitarem as que lhes estavam a ser entregues no Zango. Segundo eles, os fiscais informaram que haviam de destruir as residências com apenas dois dias de antecedência.

"Ordenaram-nos que abandonássemos as nossas casas e não nos deram a possibilidade de ler o contrato de propriedade das novas, nem de contrapor as causas expressas no documento", frisou um dos moradores, indignado com a situação.

Apesar de tudo, afirmam terem conseguido apurar que as escrituras das casas do Zango não lhes permitem fazer alteração às mesmas, nomeadamente, instalação de electricidade, tanque de água, rebocar as paredes, fazer um muro no quintal e pintá-la. No Zango as pessoas vivem como se estivessem na 'época da pedra' em pleno século XXI", disseram.

As fanúlias que regressaram para a Boavista, alugaram os anexos das residências que não foram abrangidas pelo processo de demolição a um preço avultado, que não nos foi revelado pelo nosso interlocutor. Mas segundo apurou este semanário, varia consoante a dimensão e a localização.

Para os beneficiários, o Governo teve uma boa iniciativa em querer lhes tirar daquele local devido aos riscos a que estavam submetidos na época de chuvas, mas tinha que criar as condições adequadas para que eles pudessem viver condignamente.

"Não é possível viver sem água, escola ou um centro de saúde por perto", disse o director das Escola 319 da Boavista, que viu a sua residência a ser demolida pelo "martelo destruidor" do GPL.

O facto de todas as crianças que foram transferidas para o Zango se encontrarem fora do sistema de ensino está a tirar o sono aos encarregados de educação.

"Os alunos estão quase a tenninar o ano lectivo e o Ministério da Educação não permite que se faça transferências nesta época do ano, por causa dos transtornos que pode causar às crianças", explicou.

Por outro lado, um estudante universitário identificado apenas por Valeriano teve que "abandonar" a residência do Zango porque, segundo ele, para além de estar muito distante da sua instituição de ensino, não tem condições que lhe permitem dar continuidade aos estudos.

"Estudo de manhã e não conseguiria dar continuidade aos meus estudos se continuasse a viver na residência que o GPL nos ofereceu. A faculdade exige que estejamos actualizados sobre o que se passa no mundo. Sem luz tudo fica complicado", enfatizou.

Os moradores atestam que o Governo lhes transferiu para o Zango para impedir que as suas residências causassem má imagem a do Presidente da República, instalada no Miramar, com vista para o mar.

Neste momento, a residência está a ser reabilitada por uma empresa chinesa e presume-se que será para o PR passar os finais de semana.

O Centro Emissor da Televisão Pública de Angola que se encontrava ao lado da mansão foi transferido para Viana, presumivelmente para não atrapalhar o sono de Eduardo dos Santos.

As paredes que protegem os restaurantes que se encontram encima da montanha, ao lado do Cine Miramar, estão prestes a desabar devido a uma enorme rachadura.

O AGORA contactou o director de comunicação e imagem do GPL, Ladislau Silva, que nos aconselhou a contactar o Administrador Municipal do Sambizanga ou o coordenador do Projecto Zango, para obter mais informações acerca do assunto.

Ladislau Silva disse que não poderia prestar nenhuma informação porque não tinha conhecimento do assunto. Tentamos obter esclarecimento por parte dos Administradores do Sambizanga, Eduardo Reis e do Projecto Zango, mas não tivemos êxito.

6.3 Unita garante desalojar os seus moradores

O Independente...07-10-06

Muito alarido vem das imediações do Hotel Magistic, ao S. Paulo. Os moradores circunvizinhos dizem que os ocupantes do Hotel não têm higiene, porque defecam e urinam em latas e sacos plásticos e atiram a borra na rua. Estes, maioritariamente ex-militares das FALA, defendem-se dizendo que o hotel não tem uma só casa de banho

Isabel Tavares

O INDEPENDENTE constatou que a situação tem estado a dificultar muitas vezes a passagem das pessoas no perímetro da rua Comandante Bula, adjacente ao Hotel, sobretudo, à noite não só com medo de se borrarem, mas devido ao cheiro nauseabundo, provocado pelos sedimentos e águas pútridas expelidos do hotel. Os moradores circunvizinhos acusam ainda os hóspedes do hotel de fazerem muito barulho principalmente quando estão embriagados. "Lutam, atiram-se garrafas. É uma tremenda contusão que nós, como vizinhos, não aguentamos mais", desabafou um morador.

No rés-do-chão, funcionam pequenos estabelecimentos comerciais como padaria, minimercados e bar. António João, ex-major das FALA, um dos ocupantes do Hotel, diz que vivem naquelas condições desde 2003.

"Se continuamos a viver neste Hotel não é por que queremos, mas porque não temos onde viver." Aquando dos acordos de Entendimento do Luena entre a UNITA e o Governo ficou acordado que os ex-militares das FALA mereceriam um tratamento especial. "Já lá se vão oito anos desde que foi feito este acordo e continuamos na mesma situação. Vivemos como animas. Não há condições de saneamento básico. Devido à falta de espaço fomos forçados a transformar os quartos de banho em dormitórios e para fazer necessidades maiores somos obrigados a ir nas barrocas da Boavista e/ou defecamos nem sacos e deitamos no contentor", continuou o ex-major que fez, de imediato, um apelo às autoridades competentes para serem vistos de forma diferente. "Estamos a enfrentar situações extremamente desumanas." Contactado sobre o assunto, o deputado da UNITA Domingos Maluca garantiu que o seu partido vai retirar todo o pessoal que ali vive para um lugar melhor e restaurar o hotel. Recorde-se que o referido hotel é propriedade da UNITA.

6.4 Brigadeiro da UGP aterroriza fazendeiro e camponeses da Cela

Angolense...14-10-06

A apetência de altas patentes das FAA pelas potenciais fazendas existentes no Kwanza Sul, embora muitas em estado moribundo, há muito que vem sendo relatada. Waco-Kungo, indicam fontes bem posicionadas, tem sido o principal palco dos casos que conformam o que vários municípios consideram "abuso de poder", mas, desta vez foi o município da Cela a testemunhar um triste acontecimento. Sob orientação do brigadeiro Luís Adelino, efectivos da UGP dispersaram o proprietário da fazenda "Flor Aberta" e seus trabalhadores, na sua maioria camponeses, com um tiroteio que, segundo informações, bem poderia causar vítimas

César Bastos, reconhecido pela Administração da Cela como proprietário do empreendimento, que tem perto de 130 hectares de terras, diz nunca ter visto coisa igual, referindo-se ao facto de ter sido obrigado a abandonar o local debaixo de um intenso tiroteio. A fazenda, de acordo com a fonte, foi vendida por um soba ao brigadeiro em causa, sem quaisquer documentações e, como é óbvio, sem o seu consentimento, daí o imbróglie em torno do assunto. "E minha propriedade, o senhor Luís Adelino deveria ter falado comigo para a compra da mesma", desabafou indignado, para mais adiante observar que 15 USD mil, a quantia que o soba recebeu, está muito longe de representar o valor da fazenda.

Apercebendo-se que o reconhecido proprietário continuava a exercer a sua actividade mesmo depois de ter "largado" o dinheiro, eis que o segundo comandante da Unidade da Guarda Presidencial fez deslocar ao local efectivos armados no sentido de intimidar o pessoal que ali se encontrava.

Uma vez na "Flor Aberra", deram início a um interrogatório, ao que se seguiu uma troca de palavras com César Bastos. Sem argumentos suficientes para convencer o fazendeiro e seus trabalhadores, os efectivos da UGP partiram para o uso das armas para a há muito esperada retirada daqueles que têm na fazenda o seu ganha-pão.

"Tivemos de nos colocar em fuga para escaparmos dos tiros", lamentou o nosso interlocutor, para mais adiante recordar que "até o poço onde os trabalhadores aproveitam água para o consumo foi envenenado" .

6.5 Populares descontentes com funcionamento do GOE

Angolense..14-10-06

Há cerca de três anos, vários cidadãos que tinham as suas residências nas imediações da Cidade Alta foram desalojados. Uns foram realojados no Zango e outros no município do Kilamba Kiaxi, no bairro da Calemba II, de acordo com um programa do GOE(Gabinete de Obras Especiais) um organismo afecto à casa Civil da Presidência da República.

Aos cidadãos desalojados foram cedidas outras residências nesse bairro e os .que tinham terrenos para outros empreendimentos não foram esquecidos: a todos o GOE cedeu terrenos. E é aí que certos funcionários desonestos desse Gabinete, aproveitando-se do facto de trabalharem num organismo que praticamente só presta contas à presidência, vendem terrenos a terceiros, mesmo aqueles que já estão legalmente adjudicados a outras pessoas.

Entre esses funcionários cita-se uma senhora que dá pelo nome de Lizette Pedro que tem sido o rosto mais visível nas negociações com terrenos nesse bairro.

Uma cidadã residente nesse bairro e que responde pelo nome de Maria Inês José diz ser uma das lesadas pelas manobras de Lizette Pedro.

"Quando viemos realojados nesta área através do programa GOE/SAPU, foram-me cedidas duas residências, de acordo com a casa que tinha junto ao Largo do Montepio e ainda um terreno junto de uma instituição de ensino onde deveria construir uma escola de panificação, pastelaria, culinária, hotdaria e informática, uma vez que esse projecto já vinha da anterior zona onde habitava. "Aqui as coisas começaram a complicar-se porque a Lizette insiste em que os terrenos são delas, só porque é funcionária do GOE. Será que o GOE cede essas largas extensões de terreno aos seus funcionários? E como pode a mesma falar em nome do Presidente da República, será que o Presidente gostaria de ver pessoas ao relento?, interrogou-se a fonte.

A cidadã acusada, de acordo com as vítimas, fez-se acompanhar de agentes da polícia para intimidar os demais proprietários por essas parcelas.

Maria Inês diz que agora aguarda pela resposta de uma exposição endereçada à direcção do GOE. "Enquanto isso, o tempo vai passando e como ela tem as costas largas ainda posso perder o terreno" lamentou.

No entanto, o Angolense tenrou ouvir a versão do Gabinete de Obras Especiais, mas, sem sucessos.

6.6 Camponeses choram lavras em Viana

Agora...14-10-06

Cinquenta e quatro camponeses estão a ser obrigados, há mais de três meses, a abandonar as suas lavras, no município de Viana, quilómetro 26. Os queixosos avançaram que cultivam aquelas terras há mais de 40 anos, pelo que, toda a sua vida depende do campo.

Os lesados, grande parte dos quais com mais de 50 anos de idade, referiram que a administração vendeu a área, mas estão descontentes porque não conhecem quem é o suposto novo dono do espaço e nem sequer são chamados para negociar a indemnização.

Filiados da União Nacional dos Camponeses Angolanos (UNACA) e membros da cooperativa de camponeses Kufikissa, acusaram o administrador municipal adjunto, Zembe Canga, e um outro indivíduo, identificado apenas por Godinho, de estarem a dificultar as negociações com o empresário cujo nome disseram desconhecer.

"Não conhecemos sequer o nome do tal empresário que dizem que comprou as nossas lavras. Só sabemos que o senhor Godinho e o administrador adjunto da Viana são os intermediários. E, estes não aceitam nos dar o nome do empresário", apontou o representante dos afectados.

Cada camponês tem mais de um hectare de terra e mais de 30 manguieiras, além das casas fixas e tanques de água. Para já, pedem o equivalente a cem dólares para cada árvore de manga e dez mil dólares pelo terreno.

Mas ao que tudo indica, só lhes estão a oferecer cerca de 25 dólares, como contou o seu representante. "Eles só querem dar 25 dólares por cada manguieira. Não podemos aceitar este valor. O pior é que eles não aceitam conversar, obrigam as pessoas a receber o dinheiro e estão a fazer isto à noite. Nós só queremos a presença do empresário, não queremos intermediário".

O AGORA também ouviu o administrador municipal adjunto, Zembe Canga, acusado de dificultar as negociações. Ao telefone, Zembe Canga avançou que todas as pessoas estão a ser devidamente indemnizadas e que não entende a razão de queixa dos camponeses.

Questionado sobre quanto estão a apagar, o administrador municipal adjunto não respondeu, adiantando apenas que toda aquela área do quilómetro 26 até ao 33 pertence ao pólo industrial de Viana.

6.7 Soba causa conflito de terra

Cruzeiro do Sul...14-10-06

A história começa por um soba visionário. Vendeu a um Brigadeiro uma fazenda que não pertence a sua jurisdição à um Brigadeiro pelo módico valor de Usd 15 mil, com todos os seus apetrechos, trabalhadores e meios. A fazenda Flor Aberta, é propriedade do cidadão César Bastos com todos os documentos em dia.

O CS soube de fonte digna de fé que o comprador da fazenda é o Brigadeiro Luís Adelino, 2º Comandante da Unidade de Guarda Presidencial que perante a relutância do proprietário, mandou para o local uma secção de militares sob suas ordens.

César Bastos e seus trabalhadores foram coagidos e forçados a abandonar o local sob disparos de tiros depois de um período de intenso interrogatório pelos militares da Guarda Presidencial.

De acordo com a fonte depois de os ter afugentado os militares lançaram fogo à fazenda e envenenaram o poço onde os seus trabalhadores buscam água para o consumo. "A fazenda é minha e em caso de compra, o Brigadeiro deveria contactar-me e não o soba", disse desesperado. Em nada valeu a intervenção da Administração Municipal da Cela que intimou o Brigadeiro a abandonar a fazenda por ser propriedade reconhecida de C. Bastos.

Usando o seu poder de oficial general, Luís Adelino desafiou quem quer que seja, jurou manter a tropa na fazenda e tratou o legítimo proprietário de ladrão. César Bstos já apresentou queixa as instâncias judiciais do Kwanza Sul. O Cruzeiro do Sul procurou ouvir a versão do general mas este se negou falar sobre a ocorrência.

6.8 Martelo demolidor deixa família ao relento no Cazenga

Agora...28-10-06

Por ocasião do Dia Internacional de Combate à Pobreza, o Ministério do Planeamento e o Sistema das Nações Unidas lançaram o Relatório Nacional dos Objectivos do Milénio referente a 2005. Segundo o documento, a implementação das estratégias de combate à miséria está avaliada em mais de três biliões de dólares

A pobreza foi considerada, durante o seminário alusivo à sua erradicação, uma das principais causas de muitos problemas que se verificam em Angola, incluído a corrupção. As consequências deste fenómeno têm repercussões na maior parte das famílias e em toda a vida cultural, social, política, económica, desportiva e religiosa do país.

Cresce cada vez mais o número de angolanos a viver

com menos de um dólar/dia. Já não se pode falar em refeição condigna. Em muitos lares a miséria é tanta que as pessoas nem podem pensar em pequeno-almoço, não almoçam e nem jantam.

Por causa da fome, muitas crianças não frequentam as escolas e as que vão quase não aprendem nada, o que obrigou o Ministério da Educação a optar pelo programa de merenda escolar, efectuado maioritariamente nas províncias.

Na tentativa de combater à pobreza nas suas casas, a maior parte dos pais ou encarregados de educação procuram ter mais de um emprego, por conseguinte ficam sem tempo para educar os filhos. Há inclusive pais que vivendo na mesma casa só vê o educando ao fim de semana, como deixaram a entender alguns entrevistados que participaram no seminário.

Nas instituições do Estado que prestam serviços directos à população, o cidadão é atendido apenas se levar dinheiro, facto que este semanário já constatou várias vezes. No centro médico do Prenda, por exemplo, para receber assistência o paciente tem de pagar todo o material gastável usado pelo enfermeiro, prática que chega a verificar-se também nos hospitais.

Também devido à extrema pobreza crescem as seitas religiosas que vão prometendo em nome de Deus melhores condições de vida aos crentes caso façam sacrifícios em benefício da seita.

Angola é dos países mais ricos do mundo em termos de recursos naturais. É o segundo da África subsariana que mais produz petróleo e o quarto maior produtor de diamantes, sem esquecer outros minerais. Possui terras aráveis, rios e fauna e flora, mas tudo isto contrasta com o baixo nível socio-económico da população.

Segundo o Relatório dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio lançado no seminário, no biénio de 2000/2001, 68% da população angolana vivia abaixo da linha da pobreza (correspondente a 1,70 dólares) e 26% em extrema pobreza a esperança de vida dos angolanos é de 41 anos.

Ainda de acordo com os dados estatísticos do mesmo relatório, mais de 559 dos partos não são assistidos e uma em cada quatro crianças morre antes de atingir os cinco anos, sendo a taxa de mortalidade infantil das mais altas do mundo. A taxa de prevalência de VIH/Sida, entre pessoas de 15 a 49 anos, era de 3,99 e mais de 110 mil crianças ficaram órfãs por causa da doença.

De estatísticas ainda não é tudo, avarçando também o documento que em 200 as mulheres constituíam 70% do sector de trabalho informal. A taxa de alfabetização entre indivíduos maiores de 15 anos é de 82% para homens e 54% para mulheres.

Sobre esta situação questionámos o vice-ministro do Planeamento que também participou no seminário. Carlos Lopes disse não concordar com a ideia de que a

pobreza em Angola seja causa da má distribuição das riquezas. Para ele o conflito militar que se viveu é o principal motivo da miséria dos angolanos .

"A má distribuição das riquezas naturais não é a causa da pobreza. A guerra que vivemos sim. Esta isolou o país, quebrou todo o circuito de produção e de distribuição", defendeu. "Agora para sairmos deste círculo é necessário investir. É através do investimento que há emprego no sentido de as empresas gerarem rendimentos e melhorar a qualidade de vida que têm actualmente".

Recorde-se que os dados estatísticos são dos anos 2000 e 2001, mas também indicam, seguramente, a realidade actual e nem se sabe se o Governo vai conseguir resolver pela metade os problemas aqui reportados até 2015, embora Carlos Lages defendeu que muita coisa mudou "Os dados do relatório são do passado, hoje já muita coisa mudou".

Entre os 177 países mencionados no relatório de desenvolvimento humano do PNUD, Angola ficou classificada em 166º lugar.

O Relatório dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, que também menciona os desafios e as estratégias de combate à miséria, avança que o custo financeiro da implementação dos objectivos ronda os 3,15 biliões de dólares desde 2003 até 2006.

7 SERVIÇOS BÁSICOS

7.1 População terá mais água em meados de 2007

Angop...06-10-06

A reabilitação e ampliação, em curso, da central de produção e tratamento de água do rio Kulimahala vai aumentar de 700 para mil e 360 metros cúbicos/hora a quantidade do líquido para consumo da população do Huambo, em meados de 2007. O director da empresa provincial de águas, Peter Karmemem, em declarações hoje à Angop, no Huambo, anunciou estar já concluída a construção do dique de aproveitamento do leito do rio Kulimahala e as obras de desassorimento do mesmo. A empreitada, iniciada em Junho deste ano pela empresa chinesa "CMEC", está orçada em 30 milhões de dólares norte-americanos e inclui a ampliação da central de produção e a substituição de 110 quilómetros de tubagem da rede de distribuição de água à cidade e algumas zonas periféricas. O projecto contempla ainda a construção de 25 chafarizes, para benefício da população que reside nos musseques do Huambo. Foram já instaladas três baterias de filtração junto da central de captação e tratamento de água, substituídas a conduta adutora de água da zona industrial pesada da Cuca, bem como a rede de distribuição da parte alta da cidade do Huambo. Este projecto de reforço do abastecimento de água à cidade do Huambo e periferia está a ser executado por 40 técnicos chineses e por um número não especificado de trabalhadores angolanos. "Acredito que com a reabilitação da rede de distribuição, que já existe há muitos anos, o número de consumidores aumentará e haverá maior qualidade de água para o consumo humano", referiu o responsável da empresa de águas. O projecto vai ainda melhorar o saneamento básico da cidade e reduzir as doenças causadas pelo consumo de água de má qualidade. Neste momento, a empresa provincial de águas controla, na cidade do Huambo, três mil 581 consumidores, que se servem de uma rede de distribuição que já têm mais de 76 anos de existência e que regista frequentemente rupturas no seu percurso. Por outro lado e no quadro do programa de melhoria dos serviços sociais básicos prestados à população, o governo da província do Huambo está a investir, este ano, 90 milhões e 665 mil kwanzas, para a recuperação dos sistemas de produção e distribuição de água canalizada da vila de Bailundo e da localidade de

Mungo.

Ajudam o governo nos seus esforços de melhorar a quantidade e qualidade de água, o Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF), a organização não governamental Development Workshop (DW) e outros parceiros especializados neste sector.

7.2 Águas das fossas inundam prédio no Márteres

Agora...07-10-06

A entrada do Bloco 55 B, localizado na Rua 20 do bairro Mártires do Kifangondo, encontrase há mais de três meses totalmente inundada, na sequência de os esgotos e as fossas do edifício estarem em avançado estado de degradação.

Segundo apurámos no local, à volta do edifício, várias moradias foram construídas anarquicamente e estão por cima das fossas, o que dificulta a sua manutenção e origina saturação dos tubos. Para ilustrar bem a gravidade deste facto, basta dizer que os moradores do prédio foram obrigados a colocar pedras para poderem ter acesso aos apartamentos.

Por sinal, as consequências do incidente já estão a se fazer sentir na saúde das pessoas. É que, como é óbvio, a água ali estagnada está a deitar mau cheiro que, até, invade as residências. Mas, por incrível que pareça, mesmo apercebendo-se dos riscos de saúde e não só que correm, grande parte dos moradores recusaram a falar sobre o facto.

Interpelados por este semanário, empurravam-se "a bola" de um para outros. Mas de acordo com rumores que ouvimos no próprio local, as pessoas escusaram-se de dar informações, porque uma das casas construídas por cima das fossas é, supostamente, pertença de alguém influente no MPLA.

Apenas um morador aceitou contar alguma coisa sobre o assunto, mas em "off", ou seja, pediu que não divulgássemos o seu nome. Ele, que confirmou que as fossas estão tapadas com as construções de moradias, disse que todos os ocupantes das residências já contribuíram financeiramente, há mais de 20 dias, para ver solucionado o problema, mas, até então, nada mudou.

A empresa que se responsabilizou e que foi paga para tratar do assunto, há mais de 15 dias que não aparece. A operadora, disse a fonte, já recebeu dinheiro, mas alega ter poucos meios, por isso, até agora ainda não desentupiu as cavidades.

"Todos os vizinhos já pagaram, mas nem água vem nem água vai. A empresa que recebeu dinheiro para limpar as fossas diz ter apenas uma viatura, até aqui, não vem resolver o problema".

A mesma fonte acusou o coordenador da comissão de moradores do prédio de nada fazer no sentido de dar

solução àquela e a outras situações que acontecem no edifício. Durante vários dias, tentamos manter contacto com o coordenador, mas não tivemos sucesso.

Este facto aqui reportado, recorda, seguramente, a matéria sobre falta de manutenção nos prédios, publicada por este semanário na edição 492, em que falamos também do edifício Harestel, no Nelito Soares, que desabou parcialmente.

Pior do que o edifício do Mártires que está inundado, o Herastel já está a cair aos poucos e os seus ocupantes vivem o drama, há mais de seis meses.

A "desgraça" daqueles angolanos dispensa palavras e as imagens falam por si. Desabado parcialmente, o imóvel agora está a laquear, ou seja, as pessoas não podem encostar às paredes com alguma força, porque a qualquer altura podem desmoronar.

a bloco possui quatro andares e 12 apartamentos, o que corresponde também a 12 farrulias. a coordenador da comissão de moradores do prédio, identificado apenas por Nelinho, disse que já fez chegar os gritos de socorro ao governo provincial e à Direcção Nacional de Habitação, mas, mesmo assim o "filme" continua, não se sabendo quando este há-de terminar.

7.3 Balança de pagamentos com maior saldo de sempre

Folha8...14-10-06

Conta corrente da balança de pagamentos da economia angolana atingiu no ano passado o saldo mais elevado de sempre, com 1,113 mil milhões de dólares, quase integralmente conseguido com petróleo e diamantes.

O Relatório Económico de Angola de 2005, divulgado em Luanda pelo Centro de Estudos da Universidade Católica, refere que o saldo da conta corrente da balança de pagamentos registou um crescimento de 62,2 por cento relativamente a 2004, ano em que o saldo era de 686 milhões de dólares, subindo para 1,113 mil milhões em Dezembro de 2005.

O relatório da Universidade Católica sobre a evolução da economia no ano passado salienta, no entanto, que este aumento foi originado em 98,5 por cento pelo crescimento conjugado da produção de petróleo e de diamantes. As conclusões do estudo indicam que os restantes sectores da actividade económica ainda não possuem potencial suficiente para intervirem no comércio internacional do país, apontando ainda também o sector petrolífero como o principal responsável pelo aumento de 56,9 por cento ocorrido em 2005 no Produto Interno Bruto (PIE) per capita, que passou de 1.264,6 dólares para 1.984,3 dólares.

O sector petrolífero contribuiu com 41 por cento para este aumento. Relativamente à conta financeira e de capital da balança de pagamentos, o relatório indica que ela apresentava no final do ano passado um saldo de 2,6

mil milhões de dólares.

Este valor elevado resulta, segundo o estudo, dos investimentos externos, especialmente das linhas de crédito da China, Índia, Brasil e Portugal. O índice de preços no consumidor em Luanda aumentou 0,84 por cento em Setembro, fixandose em 7,54 por cento desde o início do ano, revelou o Instituto Nacional de Estatística (INE). Para este ano, a previsão do governo que consta do Orçamento Geral do Estado aprovado para 2006 aponta para uma taxa de inflação de 10 por cento.

Mas os dados divulgados pelo INE referem que o maior aumento de preços em Setembro ocorreu na rubrica de vestuário e calçado, com 1,58 por cento, seguindo-se as rubricas alimentação e bebidas não alcoólicas (0,28), hotéis, cafés e restaurantes (0,85) e saúde (0,56).

A variação homóloga da inflação fixou-se em 12 por cento em Setembro, o que representa uma descida de 0,29 por cento em relação ao valor registado no mês anterior, numa tendência de desagravamento que se vem registando consecutivamente desde meados de 2000. O índice de preços no consumidor elaborado pelo INE resulta de um cabaz constituído por 24 produtos, sendo mensalmente analisados cerca de 14.700 preços em vários mercados e lojas comerciais da capital.

A taxa de inflação em Luanda tem vindo a descer acentuadamente nos últimos anos, especialmente desde 2001, ano em que se fixou em 116 por cento, baixando depois para 105 por cento em 2002. Em 2003, este indicador económico fixou-se pela primeira vez nos dois dígitos, atingindo 76,5 por cento, sofrendo uma nova descida acentuada no ano seguinte, para 31,02 por cento.

No ano passado, a inflação fixouse em 18,53 por cento, o valor mais baixo de sempre registado em Angola, estimando o governo que este ano possa descer para 10 por cento.

7.4 Lixo "invade" praia da Mabunda

Agora...14-10-06

A praia da Mabunda, localizada no município da Samba, está a ser invadida por enormes quantidades de lixo. As peixeiras são as primeiras que se vêm embaraçadas com o problema, já que o lixo pode perigar o seu negócio.

As tarimbas onde põem a secar o peixe, estão por cima do lixo e da água estagnada. Daí a proliferação das moscas.

Segundo o coordenador do Bairro para a Área Ecológica, Armando das Neves, os moradores só faziam campanhas de limpeza na altura em que o

município era dirigido pelo antigo administrador, o que contribuía para dar um bom aspecto à imagem daquela zona turística. "Após a sua substituição ficámos de mãos atadas", frisou.

Armando das Neves disse que já realizaram vários contactos junto do novo administrador para pôr fim à enorme quantidade de lixo que circunda a praia, mas não tiveram êxito.

"Enviámos uma carta a administração, a fim de solicitar que nos disponibilizassem os meios para fazer a remoção do lixo, mas mesmo órgão do Estado a solicitar o apoio da Elisal não tivemos nenhuma resposta até à presente data"

Os moradores, aflitos com a situação, dizem que a falta de meios, e principalmente de contentares, tem contribuído de forma significativa para o aumento do lixo. "O lixo está aqui há quase um ano e mesmo com o surgimento de novas empresas de recolha tudo permanece na mesma", disse João Antônio.

Apesar de se terem realizado algumas campanhas de limpeza, a população continua a deitar o lixo perto da praia porque os poucos contentares que existem estão abarrotados.

7.5 "Guerra" da Água pode começar em Luanda

Agora...14-10-06

Decorridos 56 meses desde o advento da paz do Luena, dois bens básicos para a vida de um cidadão - a água e a luz - que pennitem aferir a nossa qualidade de vida, permanecem uma dor de cabeça por agora sem solução.

Há muito se sabia que a estafada desculpa da guerra que tudo encobria seria destapada, mas provavelmente nem o Presidente Eduardo dos Santos na sua veste constitucional de Chefe do Governo, o que muitos coriféus do templo frngem ignorar, imaginaria que a situação se deteriorasse aos níveis que hoje vivem a esmagadora maioria dos estimados 14 milhões de angolanos.

E se em Luanda, a capital do país, a energia vai e vem, como canta o músico, e a água jorra a conta-gotas ou astornerrassecaram, nem dá para imaginar como no liminar da pobreza se sobrevive no Moxico ou no inóspito Kuando Kubango, região a que não é injusto ainda continuar a chamar terras do fundo mundo

Se um dia forem inventadas tecnologias para o roubo da água, numa perspectiva da guerra do líquido precioso que os "experts" vaticinam para os próximos tempos, o nosso país, certamente, será um dos alvos preferenciais e baratos. Tem enormes potencialidades hídricas que no entanto jamais foram convenientemente aproveitadas quer para revolucionar a actividade agrícola quer para o consumo humano.

Bafejado pela natureza, o nosso território é atravessado

por inúmeros cursos de água, não se conhecendo, no entanto, planos das autoridades que vão no sentido de captar esse bem para benefício da população, tanto do meio rural como urbano.

Nas cidades e vilas o corre-corre em busca da água é uma realidade entre as fanúlias, todos os ruas. Os sistemas de bombagem e distribuição se não são deficientes simplesmente não operam ou melhor, não existem.

É um problema que para a sua minimização tem contado com o desempenho de algumas organizações não-governamentais como o Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV) e a Development Workshop (DW). Esta última trabalha no Huambo desde 1997, na abertura de furos para a captação da água subterrânea, e, em Luanda, tem vido a construir chafarizes com recurso às velhas condutas existentes. A acção da qual já resultou a construção de mais de 200 chafarizes é louvável, mas é insuficiente para atender a demanda.

Como as autoridades pouco fazem, a água tomou-se rara, muito rara mesmo para os mais de quatro milhões de habitantes de Luanda. Há anos que ela não jorra em muitos dos edifícios altos da capital, para não falar dos bairros periféricos, onde ela se tomou numa fonte de enriquecimento para aqueles que a conseguem transportar em camiões cisternas. O resto do país não foge à regra, estando a maioria da população condenada a consumir água bruta com todas as consequências negativas que daí decorrem para a sua saúde.

Cada vez mais se constata a falta de estratégias, ou mesmo da vontade política para se resolver um problema que mexe com toda a sociedade.

"A maka da água passa só pela montagem de electrobombas e a ligação de tubos para as centrais de tratamento e distribuição", brinca um velho habitante da capital, achando que, por este motivo, "o Governo deve explicações ao consumidor".

Em Luanda fala-se muito, mas faz-se muito pouco. A renovação das condutas é um trabalho que praticamente não anda e nem desanda. Remenda-se ali, mas logo a seguir a tubagem rebenta num outro lugar. Enfim, não está fácil a remoção da canalização velha e enferrujada à dimensão de uma urbe em constante mudança.

"Qual é a razão de Luanda ficar com sérios problemas de águas se é circundada por dois grandes rios, nomeadamente o Kuanza e Bengo? Porque não se procede à reposição dos sistemas de distribuição em estado obsoleto?", interroga-se o homem para quem a falta da água interfere em várias coisas como no saneamento básico e restringe o próprio desenvolvimento sócio-económico.

Os responsáveis do sector das águas conhecem a dimensão do problema. Recentemente, o director comercial da EPAL, Ângelo Filipe, revelou que havia

um défice muito grande na distribuição da água potável a nível de Luanda.

Neste momento, entre os cerca de 4,5 milhões de habitantes estima-se que apenas um milhão esteja a beneficiar de água canalizada. A EPAL está a usar três sistemas de abastecimento com tubos que têm mais de 50 anos de existência.

O director de projectos da LUPP, Daniel Miji, um consórcio de Ongs que trabalham no âmbito da redução da pobreza, reconheceu que os investimentos feitos no sector ainda não conseguiram regularizar o abastecimento e admitiu que a situação está a ser agravada pelo crescimento desordenado da cidade e deficiente saneamento básico.

"A construção dos chafarizes apenas atenua o sofrimento dos munícipes, mas não resolve o problema de quantidade, qualidade e distância", realçou, adicionando que a situação passa pela criação de infra-estruturas e gestão dos recursos existentes.

A pesquisa feita pelo LUPP revela que apenas 30% da população da capital tem acesso ao sistema de abastecimento de água. Na zona suburbana, onde reside 70% dos habitantes, a água é servida por particulares a custos elevados, sendo que o per capita de consumo varia entre cinco a sete litros de água diários.

A dimensão deste problema, como se pode depreender, é grande e devia preocupar os governantes. No país não se sabe quantas pessoas, sobretudo crianças morrem num determinado período devido à doenças decorrentes da água imprópria para consumo, mas os números, certamente, não devem ser simpáticos.

No mundo, segundo dados do UNICEF, em cada oito segundos morre uma criança vítima de uma doença relacionada com a água.

Pela sua importância vital, a água passou também a ser uma preocupação dos Estados de todo o planeta.

7.6 Colera corre o risco de aumentar

Folha8..14-10-06

A organização Mundial de Saúde (OMS) alertou para o erigo do aumento dos casos de cólera em Angola devido ao regresso das chuvas, apelando ao empenhamento dos parceiros na luta contra a epidemia declarada em Fevereiro. "Não obstante o esforço empreendido, o número de casos tem estado a aumentar gradualmente nas últimas semanas, existindo probabilidades de se agravar a epidemia com o início da época chuvosa", afirmou Fatoumata Diallo, representante da OMS em Angola.

Nesse sentido, defendeu que "o controlo da epidemia exige a continuação da participação enérgica de todos os parceiros na melhoria da qualidade da água e do saneamento, na oferta de alimentos e cuidados médicos

e na educação e sensibilização das comunidades em situação de risco".

Fatoumata Diallo falava, na cerimónia de entrega de um donativo de 13 toneladas de material sanitário pela União Europeia ao Ministério da Saúde de Angola, através da OMS, para ajudar o combate contra a epidemia de cólera. Na altura assegurou a "total disponibilidade" da OMS para trabalhar com o governo tendo em vista evitar um novo alastramento dos casos de cólera no país.

A gravidade da situação foi também reconhecida pelo vice-ministro da Saúde, José Van-Dúnem, que admitiu que as medidas desenvolvidas pelo governo não atingiram os objectivos desejados. "Infelizmente, as medidas de saneamento não tiveram a intensidade que desejávamos e é muito provável que a epidemia volte a alastrar pelo país", afirmou, assegurando que o governo fará "todos os esforços para que não assuma as proporções anteriores".

Os receios manifestados pela OMS e pelo governo estão relacionados com o início da época das chuvas em Angola, que poderá criar condições para um agravamento da epidemia de cólera.

A estação seca terminou a 15 de Agosto, mas as chuvas apenas vão começar a cair com mais intensidade, especialmente nas províncias do interior, a partir de finais de Outubro. O mais recente balanço oficial indica que foram registados cerca de 55 mil casos de cólera em 15 províncias desde meados de Fevereiro, que provocaram mais de 2.220 mortos.

Entre as 18 províncias, apenas não foram regista dos casos de cólera no Cunene, na Lunda Sul e no Moxico. O governo e a OMS declararam a 19 de Fevereiro uma epidemia de cólera em Luanda, onde o primeiro caso foi registado a 13 de Fevereiro.

Depois de ter alastrado a todos os municípios de Luanda, a epidemia chegou às províncias de Benguela, Bengo e Kwanza Norte, tendo posteriormente atingido também Malanje, Huambo, Kwanza Sul e Bié.

A epidemia chegou depois às províncias da Huila, Zaire, Uíge, Lunda Norte, Cabinda e Namibe, tendo a província do Kuando Kubango sido a última a ser atingida. O pico da epidemia foi atingido na semana de 24 a 30 de Abril, período em que foram registados mais de seis mil novos casos de cólera.

Desde essa altura, apresentou uma tendência decrescente, que se acentuou a partir do início de Junho, quando o número de casos semanais passou a ser inferior a dois mil, descendo para menos de um milhar no mês seguinte.

Nas últimas semanas, o número de casos diários, apesar de se manter inferior a uma centena, tem vindo a apresentar uma tendência de crescimento que preocupa as autoridades.

7.7 Matala vai ter novo sistema de fornecimento de Água

Jornal de Angola...19-10-06

Um novo sistema de fornecimento de água potável será construído, em 2007, no município da Matala, a 240 quilómetros da cidade do Lubango, pela direcção provincial da Huíla da Energia e Águas. O projecto, enquadrado no Programa de Investimentos Públicos para 2007/08, está avaliado em 850 mil dólares americanos e será constituído por um sistema de bombagem, filtragem e canalização. Vai beneficiar mais de 120 mil habitantes.

Em entrevista à Angop, o director provincial da Energias e Águas, Abel João da Costa, disse ser intenção do Governo construir um novo sistema na sede municipal, pois o actual não está a corresponder com a demanda.

Por outro lado, o governador provincial da Huíla, Francisco José Ramos da Cruz, procedeu recentemente, na localidade de Castanheira de Pêra, município da Matala, a inauguração de um posto de abastecimento de água potável, cuja edificação está avaliada em 15 mil dólares americanos.

O mesmo vai abastecer cinco mil litros de água por hora e tem uma profundidade de 47 metros. As obras tiveram a duração de 12 dias e vão beneficiar mais de 16 mil habitantes da área.

7.8 A transmissão do processo de concepção de terrenos à luz do novo quadro juridico das terras de Angola (2ª parte)

Capital...21-10-06

4. DEMARCAÇÃO DEFINITIVA

Esta etapa do processo de concessão de terrenos, consiste nas operações técnicas levadas a cabo pelo Instituto Geográfico e Cadastral de Angola para tornar definitivo e estáveis as coordenadas obtidas até a demarcação provisória.

Para que se passe para esta fase, o interessado deverá provar que cumpriu com as seguintes obrigações:

Que efectuou os pagamentos necessários à demarcação provisória, levada a cabo pelo Instituto Geográfico e Cadastral de Angola;

Comprovar a capacidade de aproveitamento do terreno solicitado mediante a apresentação de projectos que demonstrem, além da capacidade económica, a capacidade técnica, se o fim do terreno solicitado exigir tal capacidade;

Em caso de já possuir terreno, devera comprovar que esta a aproveitá-lo da melhor forma, correspondendo assim ao aproveitamento útil e efectivo.

Este último requisito é bastante importante por evitar

que quem já possua uma determinada parcela e não a aproveitou seja beneficiária de mais outra parcela.

5. OUTORGA DO TÍTULO

Cumprido com as obrigações mencionadas, passa-se para a fase da celebração do contrato de concessão em que o interessado receberá o título de concessão de terreno, incorporando o tipo de direito adquirido sobre o terreno.

6. REGISTO PREDIAL

O registo predial é a inscrição do terreno na conservatória do registo predial para fins fiscais e de eficácia do contrato de concessão entre a autoridade concedente e o interessado, perante terceiros.

Este registo predial deverá ser feito officiosamente pela autoridade que concedeu o terreno, podendo o interessado, por iniciativa própria, requerer o registo.

Como foi dito, ao lado dos processos comuns, cujo regime geral começou a ser abordado na nossa edição anterior, temos os processos especiais de concessão de terrenos, que são todos aqueles que não caem no regime dos processos comuns. Quer dizer que os processos especiais representam um desvio à tramitação normal de concessão de terrenos. Vamos acompanhar as etapas do processo de concessão de terrenos para constituição do direito de ocupação precária, por ser um dos direitos cuja tramitação obedece a forma especial.

1. DIREITO DE OCUPAÇÃO PRECÁRIA

Este direito vem consagrado na nomenclatura dos direitos fundiários no artigo 34 alínea e), da Lei nº 9/04, de 9 de Novembro, e de modo detalhado no artigo 40 da mesma Lei.

É definido legalmente como o direito que se pode constituir sobre os terrenos rurais e urbanos integrados no domínio privado do Estado, com os seguintes objectivo:

Apoiar a construção de edifícios;

Apoiar as actividades de prospecção mineira de curta duração;

Apoiar as actividades de estudos ambientais, e outras;

Por tanto, é um, direito bastante fraco, na medida em que ele visa apoiar uma outra actividade.

Este direito é constituído por meio de contrato e por tempo determinado.

Qual é a tramitação para a constituição deste direito?

1 APRESENTAÇÃO DO REQUERIMENTO

Endereçar o requerimento à quem tem a competência para ceder o terreno, de acordo com as dimensões;

Diferentemente dos processos comuns, para este tipo de direito o requerimento é entregue nos serviços da autoridade competente para a concessão;

Apresentar o plano de utilização do terreno;

A apresentação do esboço topográfico, que por ser uma operação técnica deverá ser executado pelo Instituto Geográfico e Cadastral de Angola ou os serviços licenciados por este Instituto, como é o caso dos

agrimensores ajuramentados.

PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES POR PARTE DA AUTORIDADE CONCEDENTE.

Apresentado o requerimento, o interessado obterá, entre outras, as seguintes informações essenciais, e que estarão na base do deferimento ou indeferimento do processo:

Aptidão do terreno ao fim solicitado: impacto ambiental, composição dos solos que suportarão ou não as actividades a serem realizadas, entre outros;

A possibilidade da constituição deste direito chocar com os interesses de terceiros: poluição sonora, poluição das culturas, se for o caso de comunidades, vedação das servidões, etc.

3. TÍTULO DE CONCESSÃO

Tendo obedecido todas etapas, e não havendo motivo de indeferimento, é emitido o título de concessão incorporando nele o direito de ocupação precária. De recordar que este direito é constituído por meio de contrato.

Em todas as formas de processos poderão ocorrer os casos de arrematação em hasta pública do terreno nas suas diferentes etapas.

8 PAZ E RECONCILIAÇÃO

8.1 Recolhida mais de 900 armas em 8 meses

Jornal de Angola...07-10-06

Novecentas e 22 armas de diversos calibres, que se encontravam ilegalmente na posse da população, foram recolhidas na Huíla, durante o período compreendido entre Janeiro a 20 de Setembro do corrente ano, pelo Comando Provincial da Polícia Nacional, no âmbito do processo de recolha, ainda em curso no país.

Segundo o inspector Mariano Paulo, porta-voz em exercício da corporação, a recolha do material letal em causa foi realizada na sequência de operações desenvolvidas pela polícia, nos 14 municípios que compõem a província, designadamente Lubango, Matala, Quipungü, Jamba, Cuvango, Kaluquembe, Humpata, Gambos, Chibia, Chipindo, Cacula, Quipungo, Caconda e Quilengues.

Para o êxito da actividade, ainda de acordo com Mariano Paulo, foram realizadas acções de sensibilização junto das autoridades tradicionais, entidades religiosas e Organizações Não Governamentais, que por sua vez sensibilizaram a população a entregar voluntariamente as armas.

Ainda durante o período em referência, a Polícia Nacional procedeu a recolha de 852 armas do tipo AKM, 7 KT, 1 RPK, 9 G-3, 3 PKM, 5 pistolas, 219 carregadores, 26 granadas, 77 explosivos diversos e mil 363 munições de diversos calibres.

8.2 FLEC continua a combater

Folha8...14-10-06

Apesar da declaração de cessar-fogo e da assinatura do memorando de Entendimento, a FLEC-FAC, de Nzita Tiago, diz que a guerra prossegue em Cabinda e que a resistência armada dos guerrilheiros, constituir, actualmente, um forte constrangimento para as Forças Armadas Angolanas e «o poder central de Luanda», afirmou em recente entrevista, Maurício Lubota Sabata, comandante operacional da FLEC/FAC, a partir de uma das circunscrições militares do Miconje. O militar garantiu por este facto, não serem verdadeiras as «informações que circulam», segundo as quais não existe capacidade humana e bélica, para a FLEC continuar a guerrilha. «Isto não é verdade! Nós continuamos com toda a capacidade de movimentar as tropas na região, sob ordens do nosso chefe de estado-maior das FAC, Estanislau Miguel Boma. Entretanto, este militar não deixou de reconhecer uma mudança

radical das estratégias no terreno, face ao aumento permanente de efectivos militares das Forças Armadas Angolanas,

«Quando nos deparamos com cerca de 45 mil homens, temos de mudar a tática diariamente», explicou Sabata, acrescentando que, «nós combatemos em situações adversas, mas ainda assim não podemos esquecer sermos uma armada do povo, uma resistência activa que defende o seu povo, só assim podemos fazer face ao inimigo das populações»,

Para Sabata, as FAA em Cabinda, além de continuarem a «tentar combater a resistência, estão também a preparar já as eleições», ou seja, a «persuadir as populações a votarem no MPLA»,

Em referência às recentes acções promovidas por António Bento Bembe, Maurício Lubota Sabata afirma que os acordos pretenderam apenas a «integração total de Cabinda» a Angola, com um elemento que é mais conhecido pelo «regime do MPLA» do que no «terreno popular e da guerrilha, que conhecem e reconhecem Bento Bembe, com capacidade para engajar todos os sentimentos do povo de Cabinda», este comandante guerrilheiro, recordou que nos tempos de unidade, portanto, antes do mandado de captura internacional, lançado pelos Estados Unidos, contra Bento Bembe, houve uma reunião na «Holanda que previu uma visita aos maquis, mas ele nunca veio nem ninguém da sua equipa apareceu», denunciou.

Para Sabata, se «Bento Bembe quisesse realmente ter mantido a unidade e a participação de todos na construção da paz», não seria difícil, «teria apenas de passar pelos canais necessários», falando, argumentou, com Estanislau Boma, na qualidade de chefe de Estado Maior e «especialmente com o presidente da FLEC-FAC, Nzita Tiago. Não sendo assim, consideramos Bembe como um traidor, que profanou a terra de Chicamba quando aí assinou o cessar-fogo com o actual governo de Angola».

E tudo porque, segundo o comandante Sabata, «Chicamba é para nós uma terra sagrada onde os nossos antepassados assinaram tratados com os portugueses», por outro lado, acusa pouca vontade de se chegar a uma solução definitiva, pois «se o governo estivesse realmente disposto a se sentar na mesma mesa, com todas as vozes válidas e as igrejas de Cabinda, todos estariam presentes, como Nzita Tiago, Estanislau Boma e outros participariam normalmente nas negociações».

As «FAC são pelo diálogo e pela paz», sublinha. «Se fazemos a guerra é porque somos forçados a fazer, mas estamos dispostos para a paz», acrescenta. Neste contexto, Sabata afirma ainda que «os guerrilheiros apenas depositam confiança e ouvem a voz do seu líder, Nzita Tiago, para a manutenção ou alteração das instruções, caso isso não aconteça, vamos continuar a

combater até ao último homem». Questionado sobre se não constituiu um rude golpe, a integração dos efectivos da FLEC Renovada nas FAA, Sabata minimizou a questão com um lacónico; «eles fazem agora parte dos adversários e são inimigos como os outros», e denunciando ainda o facto de muita dos homens que estão a ser apresentados, não serem guerrilheiros da FLEC, «mas uma espécie de tropa que o Bento foi recrutar no seio dos congolezes, que se apresentam como combatentes da Renovada». E a prova que «continuamos no terreno é o de todos os dias haver patrulhamentos e ataques e por esta razão, as FAA, já não sobrevoam as regiões do Baixo e Alto Sundi com helicópteros, por saberem que a FLEC tem capacidades de os abater, tal como já o fizemos».

Mas ainda assim rejeita ser catalogado de terrorista, porque «alguns que avançam com esse tipo de afirmações, esqueceram como foi interpretada a detenção de Artur Tchibassa, que permanece na prisão, num caso ao qual os mesmos delatores estão associados».

8.3 Situação em Cabinda continua crítica

Angolense...21-10-06

A frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), organização que diz ainda lutar pela auto determinação daquela parcela de Angola, apesar do memorando de entendimento assinado entre o Governo e o Fórum Cabindês para o Dialogo (FCD), faz saber que a situação em Cabinda é crítica do ponto de vista de violações dos direitos humanos.

Por isso, apela a comunidade Internacional sobre a alteração da situação político-militar no território de Cabinda e as violações dos direitos humanos em Cabinda que registaram um recrudescimento nos últimos tempos, como resultado da rejeição expressa pelo povo de Cabinda de forma clara, frontal e inequívoca dos acordos assinados no dia 1 de Agosto do corrente ano. Reiteram também o não reconhecimento de Bento Bembe, aquém chamam de dissidente da FLEC.

De acordo com o documento que tivemos acesso, a FLEC referi que as Forças Armadas Cabindesas Unificadas limitaram as suas acções ofensivas como sinal de boa vontade tendo em conta o necessário diálogo franco, sincero e transparente com vista a encontrar uma solução que culmine com negociações sérias, visando o estabelecimento de uma paz duradoura no território de Cabinda e o relançamento de um clima de coabitação pacífica entre as partes.

A FLEC diz ainda que a boa vontade foi paradoxalmente interpretada como um sinal de fraqueza pelo Governo de Angola que engendrou "um raro na montanha" forjando um presumido memorando de

entendimento para Cabinda, que mais serviu para ludibriar o povo angolano do que satisfazer a comunidade internacional ou reconhecer as especificidades de Cabinda.

Em face do desprezo a que estão voltados os independentistas, de acordo com as Forças Armadas Cabindesas viram-se forçadas a rdançar os movimentos ofensivos para proteger as populações vítimas das vicissitudes de várias índoles.

Falando em nome dos cabindas insatisfeitos, a FLEC acusa o Governo de tentativa de calar as vozes contestatárias que representam a vontade do povo da região, através das forças angolanas que têm estado a incrementar as violações dos direitos fundamentais do homem na província mais ao norte do país, detendo arbitrariamente e torturando indiscriminadamente a população.

E neste contexto que alertam a comunidade sobre os riscos de vida que corre o jornalista Raúl Danda, portavoz da Mpalabanda (extinta por ordem do Tribunal Provincial de Cabinda), única associação cívica de Cabinda que tem vindo a denunciar as violações que ocorrem no território, como referi o documento da FLEC.

Em função dos últimos acontecimentos em Cabinda e relatados pelos independentistas, apelam a intervenção da comunidade internacional, nomeadamente os Estados Unidos da América, Portugal, ONU, União Africana e a União Europeia a se engajarem sem reservas para ajudar os Cabindas e os Angolanos accionando os mecanismos e procedimentos que se impõem para a solução do caso Caninda que, dizer deles, ainda não esta arrumado em definitivo. De igual modo, solicitam aos grupos de pressão internacional de defesa dos direitos humanos a quebrem o silêncio e parem com as desculpas crónicas de falta de convite e autorização do Governo de Angola para se deslocarem a Cabinda, e investigarem as barbaridades que são cometidas no enclave .

8.4 Mais de 200 deficientes de guerra recebem formação

Jornal de Angola...25-10-06

DUZENTOS e 50 ex-militares, deficientes dos membros inferiores, encontram-se a beneficiar, desde Abril último, de uma formação profissional no Centro Ortopédico de Benguela, no âmbito do projecto "Efetikilo Liomuenho", significando em português "Iniciar a Vida";

Segundo a responsável do centro, Eelna Palma, a iniciativa, apoiada pelo Governo, Banco Mundial, Programa Geral de Desmobilização e Reintegração (PGDR), bem como pelo Instituto de Reinserção Social dos Ex-militares (IRSEM), visa dotá-los de con-

hecimentos úteis para a sua reinserção social .

Garantiu que a acção formativa, sob a orientação de 10 formadores, encerra em Fevereiro de 2007 e nela são ministrados cursos ligados à serralharia, corte e costura, carpintaria, electricidade, construção civil, pequenos negócios artes plásticas, agricultura, alfabetização, sapataria e alvenaria.

Edna Palma considerou de extrema importância a formação dos desmobilizados portadores de deficiência, por lhes dar uma preparação para a sua reinserção no mercado de trabalho para poderem contribuir com o seu saber no desenvolvimento do país.

Os forrríandos, frisou, mesmo com as dificuldades com que se debatem diariamente, manifestam vontade de aprender, para se adaptarem ao actual contexto do país.

"É pretensão do centro que, após o curso, sejam criados alguns grupos que receberão kites correspondentes às áreas profissionais, por formas a desenvolverem com eficiência a sua actividade nas comunidades", asseverou.

O Centro Ortopédico de Benguela está especializado na reabilitação de pessoas portadores de deficiência dos membros inferiores, com a colocação de próteses, orteses e coletes afins. Tem actualmente internados 50 pacientes.

8.5 "Governo nao quer parar com intolerancia politica"

O Independente...28-10-06

Depois de um périplo de trinta dias pela Europa e Africa, o presidente da UNITA" Isaiás Samakuva, acusou o Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN), do qual a UNITA é parte integrante, de não estar disposto em acabar com a violência política, também chamada de intolerância ou perseguição política, cujos casos sobem a cada dia.

Samakuva considera que a relutancia do GURN e do partido no poder (MPLA) em não aceitarem a existência de actos de intolerância política leva a UNITA a concluir que existe alguma coisa orquestrada pelo governo, no sentido de prejudicar o galo negro

Para o líder da Unita, o mecanismo bilateral, criado para dar solução aos casos resultantes da não aplicação do protocolo de Lusaka, e do memorando do Luena, não funcionam com regularidade. "A Unita tem dificuldade de compreender o que é que se passa, embora seja sabido que existe algo devidamente orquestrado pelo governo e pelo partido no poder." Falando sobre a sua digressão, Samakuva disse que a mesma serviu para mobilizar a comunidade internacional em apoiar a reconstrução de Angola. "Incentivei a classe empresarial a investir no nosso país, especialmente através de parcerias com os empresários nacionais,

criando estabilidade socio-economica e promovendo o desenvolvimento."

O líder da UNITA, que falava em conferência de imprensa, terça-feira, é de opinião que as eleições que se aguardam com expectativa em Angola sirvam de catalizador para a consolidação da democracia no país de forma a que Angola possa conquistar o estatuto de um país politicamente normal, no contexto das nações. A respeito do início do registo eleitoral, apazado para 15 de Novembro, Isaiás Samakuva acha importante que as datas não respeitadas, augurando um ambiente de estabilidade, de tolerância e de transparência.

8.6 Os factores sociais de conflitos mantêm-se activos

Folha8...28-10-06

A dimensão da Reconciliação Nacional e o Protocolo de Lusaka. têm vindo a preocupar a classe política angolana e a sociedade civil numa altura em que o país prepara-se para a realização das segundas eleições gerais previstas para 2007.

Os pendentos deste protocolo e do Memorando do Luena. os seus incumprimentos. ganham contornos cada vez mais preocupantes, no que diz respeito ao desarmamento da população civil.

Face à situação a Fundação Friechich Ebent Stifun organizou em Luanda um debate público em que participaram as formações políticas da MPLA, UNITA, PRD, FPD e PDP-ANA que tentaram explicar as suas estratégias e opções sobre o tema " A dimensão da Reconciliação Nacional e do Protocolo de Lusaka".

Muitos actores políticos concluem que decorridos quatro anos de paz, o país continua sem uma agenda política clara que permite a consolidação da paz social.

A UNITA continua a defender que a paz social. é um objectivo estratégico imediato e os factores sociais de conflito mantêm-se activos no seio da sociedade que continua a ter uma população excessivamente pobre. Esta formação política signatário do Protocolo de Lusaka tem vindo a constar enúmeras irregularidade sobre o cumprimento do referido acordo, nomeadamente a tomada de posse dos seus administradores indicados para as províncias de Luanda e do Cunene. A integração dos quadros superiores desta formação política nas empresas públicas e a criação de um quadro legal que defenda permanentemente, os direitos. deveres e as garantias dos seus ex-militares. são entre outros incumprimentos constatados pela UNITA. Os Partido Renovador Democrático e PDP-ANA insistem na despartidarização da administração pública e da comunicação social, argumentando que ela (a comunicação social) deve desempenhar um papel fundamental

no processo eleitoral. "É necessário que a comunicação social seja efectivamente despaltidarizada para actuar de forma isenta, congregadora equidistante, transparente e responsável". disse ao Folha 8 uma fonte do PRD. O assunto que gerou polémica é a constituição de comités de especialidades do MPLA onde estão envolvidos responsáveis de órgãos públicos do estado angolano. "É uma aberração o que está acontecer. Não é justo que elementos que ocupam cargos na função pública estejam efectivamente envolvidos nos comités de especialidades do partido no poder", disse um militante do PD-PANA. Relativamente a situação, o PRS entende que o processo democrático angolano vive vários constrangimentos impostos por aqueles que se assumem como país e não como servidor do país. Para o PRS, a realização plena do estado Democrático e de Direito não deve contar com aqueles que usam os poderes de Estado unicamente para manter os benefícios do seu exercício. No entender desta formação política a democracia deve contar com aqueles angolanos que colocam os valores fundamentais do homem acima de todos os caprichos e egoísmo pessoais. Entretanto, o secretário para a informação do MPLA, Norberto dos Santos "Kwata Kanawa", referindo-se sobre intolerância política, referiu que às organizações políticas devem informar as autoridades policiais sobre os incidentes que envolvam militantes de partidos opositores. "Sempre que se registem desavenças entre militantes de partidos diferentes, o caso deve ser comunicado à polícia, que encaminhará o processo às autoridades competentes", salientou. Este procedimento, de acordo com o secretário para a informação do MPLA, é o mais indicado para dirimir esse tipo de situação, que afectam a ordem e tranquilidade pública, acrescentando que o termo de intolerância tem sido usado para consumo externo, porquanto o que se passa internamente, são alguns incidentes entre militantes de partidos opositores.

8.7 Os factores sociais de conflito mantêm-se activos

Folha8...28-10-06

A dimensão da Reconciliação Nacional e o Protocolo de Lusaka, têm vindo a preocupar a classe política angolana e a sociedade civil numa altura em que o país prepara-se para a realização das segundas eleições gerais previstas para 2007.

Os pendentes deste protocolo e do Memorando de Luena, os seus incumprimentos, ganham contornos cada vez mais preocupantes, no que diz respeito ao desarmamento da população civil.

Face à situação a Fundação Friedrich Ebert Stiftung organizou em Luanda um debate público em que participaram as formações políticas da MPLA, UNITA,

PRD, FPD e PDP-ANA que tentaram explicar as suas estratégias e opções sobre o tema" A dimensão da Reconciliação Nacional e do Protocolo de Lusaka".

Muitos actores políticos concluem que decorridos quatro anos de paz, o país continua sem uma agenda política clara que permite a consolidação da paz social.

A UNITA continua a defender que a paz social é um objectivo estratégico imediato e os factores sociais de conflito mantêm-se activos no seio da sociedade que continua a ter uma população excessivamente pobre. Esta formação política signatário do Protocolo de Lusaka tem vindo a constatar numerosas irregularidades sobre o cumprimento do referido acordo, nomeadamente a tomada de posse dos seus administradores indicados para as províncias de Luanda e do Cunene. A integração dos quadros superiores desta formação política nas empresas públicas e a criação de um quadro legal que defenda permanentemente, os direitos, deveres e as garantias dos seus ex-militares, são entre outros incumprimentos constatados pela UNITA. Os Partido Renovador Democrático e PDP-ANA insistem na despaltidarização da administração pública e da comunicação social, argumentando que ela (a comunicação social) deve desempenhar um papel fundamental no processo eleitoral. "É necessário que a comunicação social seja efectivamente despaltidarizada para actuar de forma isenta, congregadora equidistante, transparente e responsável", disse ao Folha 8 uma fonte do PRD. O assunto que gerou polémica é a constituição de comités de especialidades do MPLA onde estão envolvidos responsáveis de órgãos públicos do estado angolano. "É uma aberração o que está acontecer. Não é justo que elementos que ocupam cargos na função pública estejam efectivamente envolvidos nos comités de especialidades do partido no poder", disse um militante do PDPANA. Relativamente à situação, o PRS entende que o processo democrático angolano vive vários constrangimentos impostos por aqueles que se assumem como país e não como servidor do país. Para o PRS, a realização plena do estado Democrático e de Direito não deve contar com aqueles que usam os poderes de Estado unicamente para manter os benefícios do seu exercício. No entender desta formação política a democracia deve contar com aqueles angolanos que colocam os valores fundamentais do homem acima de todos os caprichos e egoísmo pessoais. Entretanto, o secretário para a informação do MPLA, Norberto dos Santos Kwata Kanawa", referindo-se sobre intolerância política, referiu que às organizações políticas devem informar as autoridades policiais sobre os incidentes que envolvam militantes de partidos opositores. "Sempre que se registem desavenças entre militantes de partidos diferentes, o caso deve ser comunicado à polícia, que encaminhará

o processo às autoridades competentes". salientou. Este procedimento, de acordo com o secretário para a informação do MPLA, é o mais indicado para dirimir esse tipo de situação, que afectam a ordem e tranquilidade pública. acrescentando que o termo de intolerância tem sido usado para consumo externo, porquanto o que se passa internamente, são alguns incidentes entre militantes de partidos opositores.

8.8 Samakuva denuncia terror em cabinda

Folha8...28-10-06

O presidente da UNITA, Isaiás Samakuva, denunciou a 24.10 a existência de um clima de "intimidação" em Cabinda, manifestando receio de que possa prejudicar o processo de recenseamento eleitoral que começa em meados de Novembro. "Não é segredo para ninguém que o clima em Cabinda é de uma certa intimidação e receamos que esse clima não seja propício para um processo de registo eleitoral que se pretende que tenha a abranger todos os cidadãos".

O líder do Galo Negro fez estas declarações ao regressar de uma digressão ao estrangeiro. nomeadamente. África do Sul. Dinamarca, França. Inglaterra e Itália, onde teve como ponto mais alto uma recepção com o Papa Bento XVII. "Existe um aumento de actos de violência contra militantes e simpatizantes de partidos que não estão no poder, o que não contribui para o processo de recenseamento eleitoral", salientou. Instando a comentar o corte da ajuda do Programa Alimentar Mundial, PAM. Samakuva, disse que "não se justifica que, depois de quase cinco anos de paz, o país continue a viver da caridade internacional". mas defendeu que a paragem das operações humanitárias "não deve ser brusca. porque o "nosso país habituou-se a viver das ajudas humanitárias". afirmou, considerando essa situação "deprimente". apesar de contribuir para "salvar vidas". Para ultrapassar o problema originado pela suspensão dessas operações humanitárias. Samakuva defendeu a necessidade do governo "adoptar políticas que tornem os angolanos auto-suficientes. Quando as organizações internacionais sabem que Angola produz petróleo e diamantes e todos os dias ouvem dizer que a economia angolana está de boa saúde e a desenvolver-se é certo que temos que contar que elas vão parar (de ajudar o país)". frisou.

Relativamente aos contactos que manteve na sua deslocação ao estrangeiro. disse ter procurado "incentivar" a comunidade internacional a participar no processo de reconstrução de Angola, defendendo, no entanto, a necessidade de serem prestadas contas aos angolanos sobre a utilização das verbas neste processo. "Reconstruir o país é uma responsabilidade de todos e todos devem ser mantidos ao corrente das programas e

de como estão a ser utilizadas as verbas existentes, o que não acontece", afirmou.